



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 66ª
(SEXAGÉSIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER QUESTÕES RELACIONADAS À AGRICULTURA FAMILIAR,
TRABALHO E ASSENTAMENTOS RURAIS NO DISTRITO FEDERAL,
de 9 de AGOSTO DE 2011.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Evandro Garla a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 145, de 12/8/2011,
juntamente com a ata sucinta da 66ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO EVANDRO GARLA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 65ª Sessão Ordinária.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Em razão da aprovação do Requerimento nº 486, de 2011, de autoria deste Deputado, a sessão ordinária de hoje, 9 de agosto de 2011, terça-feira, fica transformada em comissão geral.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A presente comissão geral, por proposta desta Presidência, destina-se a debater questões relacionadas a agricultura familiar, trabalho e assentamentos rurais do Distrito Federal.

Convido todos os Deputados presentes a permanecerem neste importante debate no dia de hoje.

A Presidência vai suspender os trabalhos durante 5 minutos para que possamos introduzir os convidados no plenário.

Está suspensa a comissão geral.

(Suspensa às 15h24min, a comissão geral é reaberta às 15h29min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está reaberta a comissão geral.

Deputado Agaciel Maia, Deputada Eliana Pedrosa, Deputado Olair Francisco, Deputado Cláudio Abrantes, Deputado Chico Leite, em nome da Mesa, quero saudar o retorno do Deputado Wasny de Roure, que após uma cirurgia, já está aqui pronto para o trabalho. Isso é muito importante. Saiba do nosso apreço. Saiba que os católicos ficaram rezando e os evangélicos orando, para que V.Exa. voltasse inteiro.

Quero convidar para integrar a nossa Mesa o Sr. Lúcio Taveira Valadão, Secretário de Agricultura do Distrito Federal; o Sr. Chefe de Hortaliças da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Celso Moretti; o Diretor Executivo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, Almeri da Silva Martins; o Sr. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Distrito Federal, Orlando Motta de Jesus; o Sr. Vice-Presidente do Sindicato e das Associações de Pequenos Produtores Rurais do Distrito Federal, Dorival Leite dos Santos; e o Sr. Presidente em exercício do Ceasa-DF, Guarda Jânio.

Sr. Secretário de Agricultura, Lúcio Taveira, Sr. Celso Moretti, Sr. Almeri, eu produzi um texto – e o sentido deste debate hoje é exatamente – com relação à importância da agricultura familiar no Brasil. A agricultura familiar representa importante segmento da economia de um país no que tange ao desenvolvimento social, econômico e também da sustentabilidade social. Para se ter uma ideia da importância desse tema, a agricultura familiar é responsável por colocar na mesa dos brasileiros importantes componentes da alimentação diária. Os índices impressionam. Ela é a responsável direta pela produção dos grãos, carnes e do leite que estão à mesa do brasileiro todo dia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

A agricultura familiar é diretamente responsável por 87% da produção nacional da mandioca, 70% da produção de feijão, 46% de milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo. Na pecuária, é responsável por 58% da produção de leite, 59% do plantel de suínos, 50% de aves e 30% de bovinos.

Dados do Censo Agropecuário de 2009, com dados referentes aos anos de 2006 e 2007, apontam, pela primeira vez, a agricultura familiar como a grande produtora da maior parte de alimentos consumidos pelo povo brasileiro. Por exemplo, o Censo de 2006 dá conta de que 84% do total de propriedades rurais do país são de grupos familiares com cerca de 4,4 milhões de unidades produtivas, sendo que a metade delas está na Região Nordeste. Essas unidades produtivas representam 84,4% do total de propriedades rurais, mas ocupavam apenas 24,3%, (ou seja, 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, sendo que os não familiares representavam 15,6% do total e ocupavam 75,7% da sua área.

Atento a essa realidade, o Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, lançou o Plano Safra da Agricultura Familiar 2011/2012, que visa melhorar as condições de crédito para quem alimenta o país. Com R\$ 16 bilhões para financiar operações de custeio e investimento do Pronaf, o Plano Safra da Agricultura Familiar 2011/2012 amplia a capacidade de investimento e fortalece a agricultura familiar como agente de desenvolvimento estratégico para o crescimento do Brasil com distribuição de renda e estabilidade. As taxas de juros das linhas de investimento do Pronaf foram reduzidas de 4% para 2% ao ano.

Ao combinar juros mais baixos, ampliação da oferta de crédito e maior prazo para o pagamento dos financiamentos de investimento, o Plano Safra da Agricultura Familiar 2011/2012 reforça a diversidade e a sustentabilidade que caracterizam a agricultura familiar brasileira. Essas condições estão presentes nas linhas verdes do Pronaf (Eco, Agroecologia, Floresta e Semiárido). Com isso, o novo Plano Safra estimula os agricultores familiares a promover a transição da agricultura convencional para a agroecológica e a investir em atividades que proporcionam a expansão da oferta de alimentos mais saudáveis a todos os brasileiros.

No Distrito Federal, a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tão bem dirigida por V.Exa., tem como uma de suas missões gerir o fomento agropecuário no Distrito Federal. A Subsecretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar trabalha com o objetivo de promover o desenvolvimento rural sustentável, com ênfase na agricultura familiar e expansão do agronegócio, gerando oportunidades de trabalho e renda para o pequeno produtor.

A Subsecretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar vem se dedicando à implantação de programas destinados ao incremento da produtividade e à melhoria na qualidade de vida dos produtores rurais. Dentre as ações da Subsecretaria, podemos destacar o programa de lavoura comunitária, a distribuição



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

de sementes e adubo, o apoio na mecanização agrícola, o programa de construção de hortas, a implementação de hortas escolares, entre outras.

Esse debate, Sr. Secretário Lúcio, é importante porque eu sou um homem que tive origem no campo. Eu comecei a trabalhar na roça aos 12 anos de idade e tenho orgulho de dizer que aos 12 anos — lá no Maranhão a gente diz “botou” —, eu botei a minha primeira roça. Eu plantei milho, plantei mandioca e depois, com a colheita da mandioca, com a farinha que nós fizemos, eu comprei a primeira bicicleta da minha vida.

Eu não tenho dúvida de que, se naquele tempo houvesse o mínimo de incentivo, o mínimo de atendimento aos trabalhadores rurais, eu não teria vindo, Deputada Luzia de Paula, para um grande centro. Eu teria ficado, Deputado Agaciel Maia, lá na minha terra. Talvez o Brasil tivesse perdido um Deputado, porque já fui Deputado Federal por dois mandatos, e o Distrito Federal teria perdido um Deputado Distrital, mas creio que eu teria tido muito mais tranquilidade, muito mais alegria e muito mais satisfação na minha vida de trabalhador rural, porque realmente a vida da gente no campo não tem nem como descrever! A tranquilidade que a gente tinha, aqueles igarapés em que a gente nadava, a fruta fresca que a gente podia saborear, o leite que a gente tomava — meu pai tinha umas três vacas — com farinha de puba torrada por nós mesmos. Portanto, era outra coisa. É por isso que eu acho que a gente precisa dar condições a esses trabalhadores rurais aqui do Distrito Federal para que eles possam produzir.

Ao longo da campanha eu estive em algumas regiões e lembro que estive na região da grande Planaltina, na região de Palmeiras, onde ficava a fazenda do Sérgio Naya. Eu pude ver o quanto aquelas pessoas estão precisando de atendimento, estão precisando de um socorro por parte do Governo do Distrito Federal.

Portanto, esse debate, Dr. Lúcio, essa nossa comissão geral, a importância da transformação de uma sessão ordinária da Câmara Legislativa em comissão geral é exatamente para discutirmos a vida desses pequenos produtores. Eu sempre digo, e vou repetir aqui, que rico não precisa de governo, rico sempre mandou. Quem precisa de governo é pobre. Esses trabalhadores rurais precisam efetivamente da assistência do Governo do Distrito Federal e da competência de V.Exa. para que eles saiam de uma posição de abandono a que eles sempre foram renegados e para que tragamos de volta uma esperança.

Eu me recordo do tempo do Governo do Professor Cristovam Buarque, quando ele implantou aqui as agroindústrias familiares e pudemos colocar produtos, Deputada Luzia de Paula, desses trabalhadores no mercado convencional do Distrito Federal. Lembro que eles vendiam na Sociedade de Abastecimento de Brasília — SAB —, Deputado Joe Valle. Lembro que eles vendiam até no Carrefour, e muita gente dizia: “Mas esse programa é muito caro!” Isso não tem preço, isso é investimento. É muito mais importante segurar os trabalhadores e seus filhos lá no campo com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

qualidade de vida do que deixar que eles venham povoar o grande centro, de maneira desordenada, do jeito que foi feito com o Distrito Federal.

Eu quero agradecer a presença de todos os Parlamentares que se interessaram por esse assunto e a demonstração de que esta Câmara também está voltada para os que necessitam mais.

Agradeço a presença do Deputado Joe Valle, do Deputado Cláudio Abrantes, do Deputado Agaciel Maia, do Deputado Wasny de Roure — que acaba de passar por uma cirurgia, mas é um homem comprometido com os trabalhadores e fez questão de estar aqui —, da Deputada Celina Leão, da Deputada Luzia de Paula, que eu vi aqui até há pouco. Quero dizer às pessoas que estão na galeria que ainda há posições aqui embaixo. Quem está de pé também pode ocupar as cadeiras do plenário, pode se sentar aqui.

Concedo a palavra ao Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, Lúcio Taveira Valadão. V.Exa. me perguntou antes: “Chico, de que tempo eu disponho?” V.Exa. disporá hoje do tempo que achar necessário.

SR. LÚCIO TAVEIRA VALADÃO — Muito obrigado. Boa tarde a todas e a todos. Eu queria cumprimentar de forma especial o Deputado Chico Vigilante, autor da iniciativa desta comissão geral para discutir um assunto de grande relevância para a agricultura do Distrito Federal, relacionado à agricultura familiar, ao trabalho e aos assentamentos rurais no Distrito Federal.

Parabéns, Deputado, pela iniciativa. Fiquei muito feliz em receber seu convite para estar aqui presente, porque a agricultura do Distrito Federal deve muito à agricultura familiar. O setor público e a sociedade do Distrito Federal têm uma dívida muito grande com a agricultura familiar local.

Quero cumprimentar o Deputado Joe Valle, o Deputado Cláudio Abrantes, o Deputado Agaciel Maia, o Deputado Wasny de Roure, a Deputada Celina Leão, o Chefe da Embrapa Hortaliças, Dr. Celso Moretti — um grande esteio da agricultura familiar aqui do Distrito Federal na área da pesquisa —, o companheiro Almeri Martins, Diretor Executivo da Emater — que aqui está representando o seu presidente, que já tinha outro compromisso agendado —, o Orlando, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Distrito Federal, e também o Guarda Jânio, Presidente em exercício da Ceasa do Distrito Federal.

Deputado, eu preparei uma pequena apresentação para colocarmos um tema que para nós é muito caro e muito precioso na questão da agricultura familiar e que representa um dos eixos de trabalho que estamos desenvolvendo à frente da Secretaria de Agricultura.

Nós estamos trabalhando juntos, de forma articulada e harmônica, com a Ceasa e com a Emater, que são vinculadas à Secretaria de Agricultura em um plano



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

de desenvolvimento rural sustentável e solidário para o Distrito Federal. E estamos desenvolvendo esse plano em alguns eixos de trabalho. Eu queria fazer uso dessa apresentação não para apresentar todos os eixos de trabalhos que estamos desenvolvendo na Secretaria, mas para focar em um dos eixos que a gente acredita ser primordial e que dá uma sustentação para todo o sistema da agricultura, que é a geração de renda no campo.

Eu vou me dirigir até a tribuna.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Enquanto o Secretário se dirige à tribuna para fazer a apresentação, convido para compor a Mesa o Sr. Francisco Miguel de Lucena, Coordenador Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – FETRAF, bem como o Sr. Mário Benedito, Presidente da FETRAF.

SR. LÚCIO TAVEIRA VALADÃO – Dando continuidade à fala que eu gostaria de apresentar aqui, que me foi franqueada pelo Deputado Chico Vigilante, a Secretaria de Agricultura trabalha hoje de forma muito articulada e harmônica com as suas vinculadas, que são a Emater e a Ceasa. Na verdade, a Secretaria é um órgão de fomento, é um órgão que cumpre funções de estado na fiscalização fundiária, por exemplo, na fiscalização e na inspeção dos alimentos, mas também atua na forma de fomento junto ao espaço rural. Porém, os dois grandes braços executores da Secretaria são a Emater e a Ceasa do Distrito Federal.

Então, os eixos de trabalho que estão aqui apresentados não mostram apenas o trabalho da Secretaria de Agricultura, mas mostram o trabalho do sistema público da agricultura no Distrito Federal. Esses eixos que lerei rapidamente aqui são relativos ao abastecimento público, à segurança alimentar, à infraestrutura e à mobilidade no meio rural, à sustentabilidade ambiental no meio rural, à regularização fundiária e ao desenvolvimento agrário, ao fortalecimento das organizações sociais rurais, ao desenvolvimento das cadeias produtivas e à geração de renda no campo. A geração de renda, para nós, é o eixo que sustenta todos os demais e permite que se tenha uma agricultura forte, uma agricultura capaz de abastecer o meio urbano e fazer isso com sustentabilidade ambiental, com sustentabilidade econômica e social.

Eu gostaria de chamar a atenção aqui para a apresentação sobre a questão da geração de renda no campo. Quando Brasília foi pensada, além de um Plano Piloto, foi pensado também um plano de abastecimento do Distrito Federal. A Capital do País estava se interiorizando num momento em que havia pouca oferta e disponibilidade de alimentos para abastecer uma grande população que para cá estava se deslocando. No Rio de Janeiro, naquela época, havia crises frequentes de abastecimento de alimentos, e a transferência da Capital poderia, inclusive, ser comprometida se essas crises se repetissem aqui em função da distância dos centros de abastecimento da nova capital em relação à capital antiga.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Então, essa é uma imagem que a gente gosta de mostrar, Deputado, porque mostra que nós temos um plano de abastecimento e esse plano foi pensado em todas as suas dimensões. Ele contempla a produção de alimentos, contempla a circulação desses alimentos num centro de abastecimento, e contempla também o seu mercado consumidor. Essa é uma imagem muito interessante que mostra que isso foi pensado realmente há muito tempo atrás, no início do planejamento da nova capital.

Como surgiu essa agricultura no Distrito Federal de forma mais intensa? Havia, sim, uma ocupação agropecuária aqui. O quadrilátero do Distrito Federal era dividido em 96 fazendas, que ocupavam esse espaço dedicado basicamente à pecuária extensiva e à pequena produção de alimentos em áreas muito restritas. Para o desenvolvimento de uma agricultura sem a necessária tecnologia, Celso, que na época era bastante incipiente, buscaram-se em algumas regiões do País habilidades e competências para que aqui se estabelecessem. E aí o Presidente Juscelino, todos conhecem a história, convidou famílias de diferentes regiões, especialmente muito conhecida a história da família Kanegae.

Então, a agricultura do Distrito Federal tem a sua origem, como conhecemos hoje, na agricultura familiar desde a época em que aqui se estabeleceu de forma mais intensiva. Historicamente ela está ligada à agricultura familiar, antes mesmo da inauguração de Brasília. Temos cerca de 18 mil estabelecimentos rurais no Distrito Federal. Num paralelo com os dados que o senhor apresentou, cerca de 80% desses estabelecimentos têm menos de 20 hectares, ocupando o módulo máximo, que é referência para a agricultura familiar aqui no Distrito Federal – quatro módulos fiscais com 5 hectares em cada módulo, perfazendo 20 hectares de área.

Pela lei em vigor do PDOT, temos quase 400 mil hectares de área considerada área rural, ou seja, quase 70% do território do Distrito Federal são considerados áreas rurais. É uma realidade que, às vezes, não é muito considerada na implementação das políticas urbanas, das políticas para nossa sociedade – voltarei a este mapa depois. Porém, desses quase 400 mil hectares que temos, apenas cerca de 220 mil hectares, ou 56% dessa área, aptos à agricultura, áreas onde é possível desenvolver agricultura em seus diferentes estágios. Há algumas regiões bem delimitadas, como o Vale do São Bartolomeu, a Bacia do Maranhão e uma parte da Bacia do Descoberto, que são áreas muito declivosas e com solos rasos, não muito próprios à agricultura.

Aqui há uma inferência bastante importante. São cultivados anualmente no Distrito Federal cerca de 125 mil hectares, 90% praticamente com cultivo de grãos e 6% com cultivo de hortaliças. Isso nos traz para uma posição de quinto maior cinturão verde do Brasil, consideradas as demais capitais. Temos uma área de cultivo de hortaliças aqui muito significativa que ocupa 69% dos produtores. Apesar de não ser a maior área de cultivo, é a área que ocupa o maior número de produtores porque é feita essencialmente pela agricultura familiar. Quase 70% do total dos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

agricultores dedicam-se à produção de hortaliças no Distrito Federal, e isso faz com que haja uma agricultura familiar muito forte para a região, garantindo o abastecimento da população. Segundo dados da Emater, temos em torno de 7 mil empreendedores familiares ou agricultores familiares e quase 6 mil são produtores de hortaliças. Isso mostra a importância desse segmento na produção de alimentos não só no Brasil, mas aqui também é bastante significativo.

Se observarmos o mapa do Distrito Federal em relação às três grandes bacias hidrográficas nacionais, perceberemos que a área de horticultura está praticamente localizada na bacia do Paraná, que engloba toda essa região do lago do Paranoá, do lago do Descoberto, Vargem Bonita e uma parte do Vale São Bartolomeu. A produção de grãos está mais na bacia do São Francisco, que corresponde à área leste do Distrito Federal.

Eu fiz essa pequena introdução para falar de geração de renda. Como o senhor mencionou o programa Mais Alimentos do Governo Federal, uma das grandes conquistas da agricultura, uma das grandes propostas do ex-Presidente Lula para fazer a transformação da agricultura familiar neste País, e está fazendo isso, há também outras políticas públicas que foram estabelecidas em nível federal e muito pouco apropriadas aqui em nível local. Como o senhor mencionou, o BRB só agora, por uma gestão que fizemos junto à direção do BRB, passou a financiar a agricultura familiar aqui com crédito do Pronaf. Ele financiava com outros créditos que são mais caros. Mas com o Pronaf, especialmente o Pronaf Mais Alimentos, com uma taxa de juros fixa de 2% ao ano, só agora o BRB começou a operar. Ele entendeu a importância disso. O Presidente do BRB, prontamente, atendeu a nossa sugestão e entregou o primeiro trator na semana passada.

Uma das políticas públicas que fortalece muito a agricultura familiar é a compra de alimentos, que também foi trabalhada no Governo Federal, muito aplicada em diversos estados, e aqui de forma bastante incipiente. Na Secretaria de Agricultura, juntamente com a Ceasa, a Emater, a Sedest, que tem sido um grande palco dessa discussão, e a Secretaria de Educação, temos feito uma construção, para ver como conseguimos aplicar e ampliar essas compras institucionais da agricultura familiar aqui no Distrito Federal.

Para se ter ideia, durante o ano de 2010, a Secretaria de Educação adquiriu em torno de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) da agricultura familiar aqui no Distrito Federal. Essa compra tem todo um encadeamento, há vários passos que têm de ser seguidos, mas pode, como veremos, ser bastante ampliada. Para isso, realizamos, ainda durante o mês de março, o I Seminário Distrital sobre a Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar, a fim de ver quais são os entraves desse processo e como vencemos esses entraves, uma vez que o mercado disponível é muito maior do que os valores que estavam sendo adquiridos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Foi muito rica essa discussão, que juntou agricultores, nutricionistas da educação, merendeiras. Enfim, todos os segmentos que têm interferência no uso da alimentação escolar participaram desse seminário e apresentaram várias propostas para que isso pudesse melhorar. Eu não vou ler todas, mas o que vemos é que precisamos fazer uma adequação dos cardápios utilizados nas escolas, da localização, da logística de distribuição desses produtos com a produção local, que é muito rica e diversificada. Mas essas questões têm que ser compatibilizadas. Isso gerou bastante interesse de todos os que participaram e, principalmente, foi bastante apropriado, pela Secretaria de Educação, na formulação do edital, na chamada pública que saiu na semana passada, inclusive das compras da agricultura familiar. Gerou-se, por outro lado, uma série de outras ações, que vou comentar aqui rapidamente, do lado da agricultura, no sentido de apoiar e fomentar essas compras.

Temos um grande potencial anual, só na educação, Deputado. São 108 milhões de refeições servidas na educação aqui no Distrito Federal, anualmente. Só isso dá um mercado bastante substancial. São aplicados mais de R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais) por ano na aquisição de alimentos para a educação, no Distrito Federal, com recursos do GDF e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Além desse mercado da educação, temos um mercado muito grande, que são os equipamentos públicos e a rede de proteção social.

Se considerarmos, por exemplo, os restaurantes populares, que são 13, e que servem 39 mil refeições/dia; multiplicando isso por 365, veremos que é um volume de alimentos extremamente grande utilizado nesses restaurantes. Além disso, há abrigos, casas de passagem, albergues, entidades sociais conveniadas, a rede hospitalar, a rede penitenciária, enfim, há um mercado institucional pronto, disponível, funcionando, fazendo uso dos recursos públicos, que é bastante amplo e está praticamente sem apropriação pela agricultura familiar.

Como estamos pensando? Queremos contribuir com a Secretaria de Educação, com a Secretária Regina Vinhaes, com a Secretária Arlete Sampaio, da Sedest, na construção de uma política pública de abastecimento e segurança alimentar no Governo do Distrito Federal. Queremos atuar na garantia do direito humano da alimentação, fazendo isso com qualidade, colocando alimentos diversos na mesa e possibilitando que as pessoas tenham acesso a esses alimentos. E, aí, voltamos àquela primeira transparência que mostramos, falando do sistema de abastecimento de que falei aqui, em que há produção, circulação e consumo de alimentos.

Precisamos entender como são feitas essas etapas e como vamos atuar para fortalecer as compras institucionais da agricultura familiar. A produção precisa ser mais organizada no Distrito Federal. Ela é feita de maneira que, muitas vezes, não atende exatamente às necessidades dos mercados naqueles momentos, e os agricultores, Deputado, às vezes, frustram a sua renda. Eles produzem bem e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

ganham pouco. Outros chegam até a ter prejuízo. Se compatibilizarmos isso, vamos fazer produção com renda, e é disso que o agricultor precisa.

A Ceasa está mudando completamente a sua forma de atuar. Foi resgatada como instituição pública, e está sendo feito um grande trabalho para que ela seja colocada a serviço dos agricultores que lá fazem a sua comercialização, e da sociedade do Distrito Federal.

E o consumo? Precisamos também organizar essa rede de equipamentos públicos, de proteção social e de ensino, que fazem uso desses alimentos. Se juntarmos essas pontas, conseguiremos construir uma grande política de abastecimento público no Distrito Federal e iremos gerar muita renda para a agricultura familiar local.

Há algumas estimativas e alguns números que estão sendo trabalhados. Por exemplo, estamos trabalhando, com o Ministério do Desenvolvimento Social, a aplicação imediata de um programa de aquisição de alimentos no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais). Então, estamos triplicando, só nessa ação, o valor que foi feito no ano passado, na compra de alimentos da agricultura familiar. Isso, sem falar na alimentação escolar.

O Deputado Joe Valle fez uma lei recente sobre o banco de alimentos, não é, Deputado? Queremos também colocar não só aquele alimento que é comprado. Aquela sobra, que é totalmente aproveitável, também está sendo colocada à disposição dessas entidades. Aqui há um quadro que mostra, mais ou menos, onde podemos atuar. Sem dúvida nenhuma, se conseguirmos aproveitar parte das perdas que ocorrem na cadeia de venda e nos apropriar dela, já teremos uma disponibilização enorme de alimentos aqui no Distrito Federal.

Temos mercados que precisam ser mais trabalhados. Por exemplo, a questão dos restaurantes populares. A Secretária Arlete está trabalhando de forma muito intensa no sentido de fazer a reconversão da gestão desses restaurantes, o que permitiria a aplicação do recurso público na aquisição dos alimentos. Isso é um processo. Não se faz de um dia para outro, porque há uma série de questões envolvidas. Mas o trabalho que a Sedest está fazendo é neste sentido: de abrir, efetivamente, esse mercado dos restaurantes populares para as compras da agricultura familiar. É uma coisa muito interessante, que vai trazer um ganho muito grande. Para as escolas, nem se fala. Já comentamos. E também na qualificação das entidades sociais, que podem ser beneficiadas e receber essas contas.

Estamos propondo também, no processo de construção, uma central de contas públicas para o abastecimento alimentar dessas entidades. Assim como existe uma central de compras que faz compras governamentais na maioria dos órgãos públicos, de tudo, estamos propondo que deveria haver uma central de compras só de produtos alimentares ou – veremos um pouquinho mais à frente – de produtos de agricultura do Distrito Federal. Queremos o quê? Contribuir para garantir o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

abastecimento com regularidade, quantidade e qualidade aos cidadãos que são beneficiários da rede de ensino, aos equipamentos públicos e à rede de proteção social pública e privada, que pode ser objeto desse trabalho. Está descrito aqui, não vou me ater muito a isso, só vou passar.

Precisamos, para isso, vencer uma série de etapas e uma delas é colocar o sistema de agricultura dentro desse processo efetivamente, porque agricultura tem *expertise*. A agricultura conhece, tem experiência, sabe como é que se produz alimento. É uma rede com grande capilaridade.

A Emater tem 16 unidades locais no Distrito Federal, temos uma Ceasa – que eu comentarei rapidamente mais na frente. Nós precisamos usar essa experiência, esse conhecimento que a gente tem na produção de alimentos e trazer isso para o setor, possibilitando renda. Nós estamos falando fundamentalmente de renda para a agricultura familiar. Nós estamos propondo – o Deputado Joe Valle está elaborando um projeto de lei propondo a criação do Papa-DF, que é o Programa de Aquisição da Produção da Agricultura do Distrito Federal para atender isso, para ampliar os limites de compra por agricultor e o volume de recursos aplicados. Estamos negociando também, além dessa aplicação de R\$ 4 milhões junto ao MDS em 2011/12, a aplicação de até R\$ 12 milhões por ano. Quer dizer, adquirindo um milhão de reais de alimentos por mês.

Queremos trabalhar muito para fortalecer as formas de cooperação e associação, porque isso tudo funciona bem se o agricultor estiver organizado. Individualmente é extremamente complicado, a prática mostra isso. Estão ali o Mário e o Orlando, que conhecem bem essas questões e sabem que isso não funciona num nível individual, mas funciona no coletivo. Aqui no Distrito Federal temos bons exemplos disso.

O senhor já comentou a questão do BRB, porque não basta comprar o alimento, nós precisamos ter os instrumentos de produção. O crédito é um deles, fundamental. O senhor já comentou a adesão do BRB ao Pronaf, muito boa, dá mais competitividade a isso aqui no Distrito Federal, porque o Banco do Brasil já faz. Com mais um é mais uma opção, é mais competição, o agricultor se beneficia.

Nós temos já um projeto de lei elaborado, que está sob avaliação do Governador, alterando o Fundo de Aval do Distrito Federal. Alguns agricultores possuem o acesso, mas falta o aval. O aval é uma coisa que pode ser extremamente constrangedora de se obter. Existe um Fundo de Aval na Secretaria da Agricultura que nunca foi usado. Nunca! Então, nós avaliamos e vimos que essa lei necessita de mudanças. É uma lei que foi criada e tem que ser alterada por outra lei. Ela está nas mãos do Governador e espero que em breve esteja aqui nesta Casa. Conto com o apoio dos senhores.

Existe também o Fundo de Desenvolvimento Rural, que já está andando, que tem seu crédito ofertado aos agricultores. Estamos fortalecendo – o senhor



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

mencionou o Prove, do Cristovam, do Secretário João Luiz, com muita propriedade – a agregação de valor. Esse ano, pela primeira vez no Distrito Federal, foi concedido o registro da agroindústria artesanal. Nós já temos quatro registros concedidos, nunca antes tinha sido concedido. Temos mais dez registros na fila sendo analisados. Estão sendo analisados com presteza e rapidez.

Queremos voltar com a miniagroindústria. Aquilo é uma grande alternativa para inclusive se apropriar desses mercados institucionais, porque você faz a transformação, melhora a logística, transporta volumes menores – em vez de entregar a mandioca na casca, você entrega a mandioca descascada, e assim por diante. Não é, Celso? Isso voltará. Nós já estamos com uma portaria quase feita.

Adequar os cardápios da rede beneficiária ao calendário de cultivo. Isso é essencial. É possível e inclusive traz alimentos mais saudáveis. Porque se está trabalhando na época de safra, favorecendo todo o mercado, porque onde se tem maior oferta depois passa-se a ter um mercado maior. Nós precisamos trazer de volta a produção programada.

Estamos também trabalhando na descentralização da recepção e distribuição de alimentos dessa rede, porque hoje toda a recepção e distribuição é feita na Ceasa e queremos criar em algumas cidades do DF outros pontos de recepção e distribuição desses alimentos.

Nós estamos aqui com algumas metas e precisamos pelo menos cumprir a lei e garantir que o GDF compre no mínimo, para a alimentação escolar, 30% dos produtos da agricultura familiar. Essa é uma exigência legal e estamos longe ainda de cumprir. A gente entende e sabe do esforço que está sendo feito pela Secretaria de Educação. A agricultura está dentro desse esforço, colaborando, mas são vários os pontos que temos que vencer. Nós precisamos reconverter os restaurantes comunitários. Ainda tem mais um mercado aí, que são cerca de dez mil apenados, detentos, e mais não sabemos quantos mil pacientes do sistema de saúde, que também poderiam estar inseridos dentro desse mercado.

A Lei nº 4.601, recentemente aprovada nesta Casa, a lei do DF Sem Miséria, também reforça esse propósito, e houve uma grande articulação com a Secretária Arlete no sentido de trazer, de incorporar essas propostas dentro dessa lei. Ela criou o programa de aquisição de alimentos, operacionalizado pela Secretaria de Agricultura, dentro da Lei nº 4.601, do DF Sem Miséria. E a Lei do Papa, que está sendo trabalhada, para a gente conseguir realmente ter um programa consolidado, institucionalizado, que permita um grande crescimento da agricultura familiar aqui do Distrito Federal.

Era isso que eu tinha a apresentar. Obrigado pela atenção.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Dr. Lúcio Taveira Valadão. V.Exa. traz bastante alento a esta Casa e aos pequenos produtores



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

rurais do Distrito Federal. É isso efetivamente que nós estamos esperando do nosso Governo, com o qual a gente tanto colabora, não é, Deputado Joe Valle?

Antes de passar aos demais oradores, eu sei que o Deputado Joe Valle gostaria de ficar aqui até o final, mas como ele tem um compromisso lá na Câmara Federal, eu tenho certeza de que ele irá à Câmara e retornará aqui para assistir à finalização desta comissão geral.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE – Quero agradecer ao meu querido companheiro Deputado Chico Vigilante pela oportunidade e, desde já, falar com os amigos e companheiros aqui presentes que a minha ida à Câmara Federal é também para participar de um evento que tem a ver com a produção, com a agricultura familiar, com todo o processo, com o meio ambiente. Nós vamos discutir o grupo de agricultura da Rio + 20, na questão do Centro-Oeste.

Quero parabenizá-lo, Deputado Chico Vigilante, pela sua iniciativa da transformação desta nossa sessão em comissão geral para discutir um assunto tão relevante. Eu sei que, quando se muda um Governo e se começa todo um processo, os espaços são compartilhados e devem ser compartilhados. E há, num primeiro momento, um quê de disputa saudável, já que somos humanos, e os humanos têm na sua origem a sua condição gregária, de bando, de disputa, que vem no nosso DNA. Mas quando o norte é comum, e o norte é comum neste caso – como um grande amigo já dizia, quando você tem uma tempestade pela frente ou qualquer disputa, e você não tem como argumentar, baixe a cabeça e trabalhe –, baixe a cabeça e trabalhe, que o tempo dirá. O tempo vai mostrar o resultado.

Então, como nós sabemos, nós vivemos uma crise de identidade no nosso Distrito Federal, tão pequeno e com tanto recurso. Eu costumo dizer que há duas formas de você matar um projeto: é com a falta de recursos ou com o excesso de recursos. A gente tem tantos recursos no Distrito Federal que nós não conseguimos visualizar projetos de mais longo prazo. Eles se descontinham no tempo. Essa é uma lógica que nós precisamos quebrar e vamos quebrar, efetivamente.

Eu digo isso porque o Governador Agnelo conseguiu colocar na sua equipe de agricultura técnicos que têm conhecimento, experiência, vontade de trabalhar. Então, quando a gente reúne essas características, coloca num lugar e dá o recurso e a oportunidade, o resultado aparece. O que eu tenho visto ao longo desses sete meses é muito trabalho. Muito trabalho para reorganizar, para reestruturar, para trazer os recursos, para montar a rede de conhecimento, para se articular no processo e, com isso, aparecer o resultado, que é o que os agricultores precisam: o resultado!

Uma das coisas que eu pedi, na posse desse grupo, como representante de uma classe, de um espaço e também produtor rural, é para que vocês ouçam os produtores, os principais protagonistas desse processo; que eles não sejam



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

coadjuvantes, sejam protagonistas, eles têm que ser ouvidos. E nada aconteceu antes de se fazer a Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável. Mais de 1.500 produtores foram ouvidos nesse processo com mais de 20 pré-conferências. E para surpresa, pois eu tenho os dados desse processo, o que acontece? A maioria das demandas dos agricultores familiares não foi acolhida pela Secretaria de Agricultura porque elas são de infraestrutura.

São as estradas, Deputado Chico Vigilante, e precisamos efetivamente garantir boas estradas para que possamos escoar a produção, pois é de renda que vive o agricultor e ele tem que vender o seu produto. Para vendê-lo, tem que transportá-lo. Então, tem que haver estradas que possibilitem um transporte de qualidade a custo baixo. Se há uma estrada ruim, logicamente, quem transporta terá mais problemas com o seu transporte, seja o produtor com transporte próprio ou transporte terceirizado, e isso aumenta o custo, quase inviabilizando a continuidade da vida ali.

Uma segunda coisa fundamental para continuarmos morando na roça é que os nossos filhos tenham condições de ficar lá, pois a partir do momento em que temos os nossos rebentos, passamos a viver em função deles, fazemos tudo para criá-los bem. Eu já ouvi e continuo ouvindo em pleno século XXI: "Eu vou sofrer isso aqui, mas meu filho não passa por isso mais não, ele vai estudar". Isso quer dizer que ele vai estudar e vai para a cidade, porque na roça é muito sofrimento.

Nós precisamos quebrar esse círculo vicioso. Nós que estamos na cidade temos de trabalhar para quebrá-lo e não para mantê-lo. E a única forma de quebrá-lo é com o produtor tendo renda. Só se quebra esse círculo vicioso com renda: produtor com dinheiro no bolso! O que eu percebo em todas as ações, Deputado Chico Vigilante, é que está se construindo, de uma forma coletiva e participativa, um modelo que gera e leva renda para o agricultor familiar que irá quebrar esse círculo vicioso, pois vai haver qualidade de vida na roça. Os pedidos vêm para haver estradas, escolas, saúde, segurança e renda. Vejam vocês que, se houver essas coisas, que são as mínimas garantias constitucionais, muda. Haverá uma revolução no espaço rural, porque os produtores têm capacidade para fazê-lo.

Nessa lógica, Deputado Chico Vigilante, a nossa Casa – sei que V.Exa. e outros Deputados que estão aqui assinaram a nossa Frente Parlamentar da Agricultura, que está trabalhando – tem condição de ajudar muito. Temos um governo que é um porto seguro, ou tem que ser um porto seguro para a agricultura familiar. Filosoficamente falando, em todos os setores percebemos que há essa vontade para o desenvolvimento desse setor. Então, digo aos companheiros agricultores que temos, hoje, condições de possuirmos na Secretaria de Agricultura, na Emater, na Ceasa, pessoas técnicas, com conteúdo e comprometidas; de termos os centros da Embrapa envolvidos no processo – e aqui, representando a Embrapa, o nosso companheiro e amigo Celso Moretti, uma pessoa ligada completamente a esse tema –, são 5 ou 6 os centros da Embrapa à disposição para trabalhar. Temos um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

banco que em 7 meses vem mostrando que um banco público é uma grande solução para nós, desde que se faça uma gestão séria e comprometida, e o BRB passa por uma verdadeira revolução.

O Deputado Chico Vigilante é um defensor do BRB, S.Exa. está aqui todos os dias na tribuna defendendo e elogiando esse trabalho, porque S.Exa. traz os resultados para nós. O BRB está completamente disponível nesse segmento, já operando o Pronaf, mas mais do que o Pronaf, trabalhando também outras linhas de crédito para poder levar recursos para a agricultura familiar. Prova disso é que na terça-feira passada foi entregue o primeiro trator financiado pelo Mais Alimentos, via Banco de Brasília. O trator é importante em determinados momentos para que o produtor consiga resolver o seu problema.

E mais do que isso, o produtor tem que ter conforto na roça, porque se ele não tiver conforto, tiver aquela vida difícil, suada, com todo o apelo que a cidade tem para seus filhos, inclusive mostrado nos livros da escola que ele frequenta, ninguém segura esses meninos lá, não, ninguém segura! E aí, como é que vamos fazer? Vamos esperar trazê-los para a cidade e, depois que ficarem desorientados aqui, vamos levá-los de volta e assentá-los, já depois de terem perdido toda a característica e o conhecimento que lhes era claro quando eles fizeram a primeira migração, ou vamos atuar lá no espaço, criando projetos de lei aqui, Deputado Chico Vigilante, que possibilitem ao Executivo dar as condições para que esses meninos tenham qualidade de vida lá e fiquem lá?

As primeiras emendas a que tive acesso aqui, eu as destinei para a criação de quadras poliesportivas cobertas nas escolas rurais. Então, 18 escolas rurais já estão contempladas com quadras poliesportivas cobertas e iluminadas. O que acontece nos nossos núcleos rurais? Os meninos – porque as pessoas trabalham nas roças – chegam da escola e vão para onde? Próximo da casa, para a comunidade. E o que tem para fazer lá? Tem campo de futebol? Não. Não tem, não tem. Tem quadra coberta? Não! Mas tem boteco, mesa de sinuca, gente jogando sinuca e tomando cerveja, e fumando. E o cara que ganha vira o herói desse menino. Ele quer ser igual ao camarada, exemplo. E está feito o problema, porque sempre há um traficante de plantão. Eles são completamente eficientes, eles conseguem convencer de uma forma impressionante.

Nós precisamos quebrar esse círculo vicioso, e só se quebra levando qualidade de vida para a área rural através de renda para o produtor. Nesses programas, fico feliz com isso, Deputado Chico Vigilante, porque vejo que existe essa direção, esse direcionamento. Quando começamos a colocar equipamento no espaço rural que dê qualidade de vida para os jovens, começamos a mudar a lógica desse processo da saída desses meninos da área rural para a área urbana.

Esses dias eu estava numa escola rural fazendo uma palestra, dizendo que nós podíamos ter, com tecnologia, faculdades nas escolas rurais a distância, de boa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

qualidade, e uma professora falou: “Você acha que eu vou educar esse menino para ficar aqui, nesse fim de mundo?” Eu olhei para ela e me assustei. Eu falei: “Então, se você está fazendo isso, você está educando os meninos para ir para aquele fim de mundo de lá”. Mas aí vamos compreendendo que fim de mundo é esse.

Os senhores que estão aqui e são produtores sabem, o ônibus que nos atende no espaço rural, que atende as nossas crianças no espaço rural... Eu sou do Lamarão, Núcleo Rural do Lamarão, que fica a 35 km de São Sebastião, a 60 km de Planaltina, a 70 km do Paranoá, mas nós somos da Região Administrativa do Paranoá. Vejam bem, eu fico a 35 km de São Sebastião, a 60 km de Planaltina, mas eu sou da Região Administrativa do Paranoá. Essa área rural está meio difusa na cabeça dos gestores.

Quando a gente vai à Terracap, quando vamos a qualquer órgão aqui falar com um planejador urbano... Eu estava conversando sobre isso hoje, sobre alvará de construção. Se os senhores não sabem, todas as construções na área rural são ilegais, e agora a Agefis, Deputado Chico Vigilante, começou a derrubar as casas dos produtores porque as construções não têm alvará. Todas as vilas rurais do Distrito Federal, se forem em cima da pinta, serão derrubadas. Nós vamos ter que começar a correr para ficar na frente dos tratores, senão esse povo louco vai derrubar, porque eles não têm noção do que é o rural, a mínima noção do que é o rural.

Então, temos um problemão, Deputado Chico Vigilante. Temos que dar as mãos aqui e ir para cima desse povo, senão teremos um problema muito sério na área rural. E sabe quem sofre com isso? É o agricultor familiar, é o produtor pequeno que está lá e vive daquela atividade, que é a grande maioria que temos hoje no Distrito Federal.

Quero agradecer este momento e colocar para os senhores, para todos os amigos e companheiros que estão aqui que, independentemente de matriz, de corolário, o gabinete 13 desta Câmara está à disposição dos senhores, é a casa dos senhores. Podem vir na hora que quiserem. Nós, a minha equipe, a nossa equipe – tenho certeza de que a equipe do Deputado Chico Vigilante, que é uma pessoa sensível e está trabalhando fortemente nisso – estaremos à disposição de todos os senhores, não com soluções prontas, mas com a vontade de construirmos coletivamente.

É difícil porque temos uma moda e um modelo de que o político é o provedor; ele foi eleito, passa a ser provedor. É a tecnologia de produto a que estamos acostumados: “Se é Bayer, é bom”. Fomos acostumados nesse processo – o produto revolucionário, o produto que vai resolver a minha vida –, mas não existe milagre, gente! É trabalho, suor e muitas vezes lágrima. Só isso é a solução. Milagre não existe, só muito trabalho. Não há quem tenha solução mágica. Se aparecer alguém para vocês com solução mágica, deem um passo atrás e desconfiem, porque tem problema aí. Então a solução nossa, da área rural do Distrito Federal – porque



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

estou agora pontuando – é muito trabalho, muita dedicação e muito suor. Só tem essa, não tem outra.

E, como disse o Secretário de Agricultura, juntar-se, organizar-se nas cooperativas, nas associações, nos movimentos, mas ter uma voz. Aí essa galeria se enche e os Deputados vão ouvir; nós vamos ouvi-los, o Secretário vai ouvi-los, qualquer movimento vai ouvir, o Governador vai ouvir – e está precisando ouvir mais. Quero mais uma vez me colocar à disposição de vocês.

Deputado Chico Vigilante, esta Casa está ficando uma Casa rural. Já falei que vamos fazer uma horta aqui no meio, vamos colocar alface ali. Ontem tivemos aqui a comemoração do Dia do Agricultor e da colônia japonesa. Estava cheio de agricultor aqui ontem na parte da manhã; hoje à tarde esta comissão geral maravilhosa, que V.Exa. nos proporciona trazendo pessoas por quem tenho o maior apreço, me dedico e tenho dedicado este mandato com muito sacrifício pessoal, de verdade, porque sou um verdureiro vestido de terno e gravata, mas estou aqui para representar e para ajudar a coletividade rural do Distrito Federal.

Muito obrigado, minha gente. Obrigado ao Deputado Chico Vigilante, à Mesa toda, aos meus amigos conhecidos da Mesa. Espero contar com todos na ajuda deste servo humilde desse setor, para que vocês nos ajudem, a mim, ao Deputado Chico Vigilante, a todos os Deputados desta Casa, a proporcionar os recursos necessários para levar a qualidade de vida ao espaço rural.

Transcendendo qualquer disputa que possa existir, que é saudável e natural, temos um objetivo muito maior e um norte comum do nosso Governo, do Governador Agnelo, do nosso Governo que tem uma visão socialista.

Muito obrigado. Eu volto, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Deputado Joe Valle.

Quero comunicar aos presentes que, durante a fala dos demais componentes da Mesa, o Cerimonial fará inscrições daqueles que desejarem fazer uso da palavra sobre esse tema, pelo tempo regimental de 3 minutos.

Passo a palavra ao Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETADFE, Sr. Mário Benedito.

SR. MÁRIO BENEDITO – Boa tarde a todos e a todas. Quero parabenizar e cumprimentar o companheiro Chico Vigilante pela brilhante iniciativa – é com ações como essa que realmente vamos avançar na nossa luta pela agricultura familiar – e dizer da importância que tem, e como se faz necessária, essa discussão em nível de Câmara, do poder público, do GDF, no intuito de a gente realmente avançar e conseguir que os trabalhadores e trabalhadoras rurais do campo tenham condições dignas de permanecer no campo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

O Deputado Joe Valle traz algumas coisas importantíssimas, como a questão dos jovens da associação rural, que nós da Contag, inclusive, vimos discutindo há bastante tempo: essa questão da permanência dos nossos jovens no campo. Um dos grandes problemas que existem – no Distrito Federal até que isso não é muito forte, mas a gente também não pode dissociar o problema do Distrito Federal do problema do Entorno, onde essa questão é mais forte – é que a maioria das escolas públicas da zona rural foram fechadas. Então, já é um grande complicador, porque os nossos filhos, os filhos dos agricultores têm que vir para a cidade. A partir do momento em que eles vêm estudar na cidade, já se cria uma dificuldade para eles voltarem para o campo, porque se cria aquela condição de vida na cidade. Aí complica. Eu acho que é uma coisa que a gente precisa pensar.

Outra coisa que se fala muito da agricultura familiar... É claro que nesses últimos oito anos houve realmente uma mudança significativa. Ainda tem muito a fazer? Tem. Mas houve uma mudança, inclusive na questão da compra institucional. Eu tive a oportunidade de morar na região amazônica, e era um absurdo neste País você morar lá no Oiapoque e ter que comprar sardinha que ia de São Paulo ou do Rio de Janeiro para uma região que é grande produtora de peixe. Quer dizer, a gente não tinha as condições de, inclusive, escolher o alimento da própria região, que é uma coisa interessante, para as nossas crianças. Todos nós sabemos disso, existia um cartel muito grande de duas ou três empresas que forneciam merenda escolar para este País todo.

A agricultura familiar hoje tem condição de discutir, de fornecer essa alimentação, inclusive influenciando, a partir das organizações, no próprio cardápio das escolas. Isso realmente é uma coisa importantíssima, é um projeto de grande alcance que a gente está conquistando. Ainda falta muita coisa, inclusive da parte das organizações dos trabalhadores? Falta. Mas foi um grande caminho, Deputado Chico Vigilante, em que estamos avançando.

Outra coisa que a gente também sente muito como agricultor – sou assentado da reforma agrária –, uma dificuldade que a gente tem, Deputado, e creio que seria o momento de discutir, é a questão de dar um incentivo maior para pequenas ferramentas, pequenos tratores. Agora mesmo eu estava olhando na internet, houve o lançamento de uns microtratores, de dois, três mil reais, que fazem o trabalho por dez homens, com as enxadas, para fazer os canteiros, essa coisa toda. Então, eu creio que seria de bom tamanho que esta Casa e o GDF viabilizassem isso, inclusive trazendo feiras. Claro que a Agrobrasília avançou muito neste ano, inclusive teve muita coisa da agricultura familiar, mas ainda é insuficiente.

Então, eu acho que a gente precisava que uma das grandes ferramentas, até para manter os próprios jovens no campo, fosse o fomento da questão do maquinário para se trabalhar. Não sei nem se a gente não teria que voltar um pouco atrás e fazer um trabalho com tração animal. Não sei. Mas tem muito equipamento



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

novo. Em São Paulo a gente tem acompanhado aquelas feiras da agricultura familiar. Realmente tem muito equipamento para a gente trabalhar.

Hoje, o que acontece? A gente fala muito da produção. O Chico falou, inclusive, da questão da produção do agricultor familiar, mas ninguém diz também que, de cada dez empregos no campo, oito vêm do agricultor familiar. É uma contradição que existe no agronegócio. E por que isso? Porque ninguém fala. Por exemplo, o cidadão que tem lá cinco filhos, que sobrevivem da agricultura familiar, ninguém computa isso como emprego, mas é um emprego, porque a partir do momento em que o agricultor familiar, a família dele, está produzindo no campo, ele está deixando de inchar as grandes cidades. Então, são coisas interessantes que existem. É por isso que a gente precisa, realmente, de mais apoio para o agricultor familiar.

Eu também gostaria de ter a oportunidade de trazer para vocês aqui um evento que a gente entende ser de suma importância para o campo brasileiro, que já é uma marca do sistema Contag, que é a Marcha das Margaridas. Até porque o problema do campo não é só do campo, é um problema da sociedade brasileira como um todo. Eu quero trazer essa questão. Agora, dias 16 e 17, nós faremos a nossa Marcha das Margaridas, com a previsão de trazer 100 mil companheiras do campo. Faço um convite aos companheiros da cidade, do movimento sindical, dos movimentos sociais para que participem desse evento, que é muito importante, pois inclusive traz a questão de gênero, a questão das políticas públicas para as companheiras mulheres.

Queria também parabenizar isto: acho que é fundamental o BRB estar trabalhando com o Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Secretário Lúcio, nós precisamos ver se poderíamos fazer um grande piloto em Brasília para ver como faremos com o Pronaf/Mulher. O problema não é só em Brasília, é no Brasil todo. Realmente a gente teve muita dificuldade. Oxalá que a gente consiga, através do BRB, dar uma alavancada na questão – que acho que é de suma importância – do crédito.

O Lúcio trouxe com muita propriedade a questão das ferramentas, dos instrumentos para se fortalecer a agricultura familiar, e uma das ferramentas mais fortes é o crédito, seguido dos pequenos maquinários, como eu já disse. Isso é fundamental.

Quero dizer também que a agricultura familiar no Distrito Federal pode dar realmente uma guinada de 90 graus, com a questão dos restaurantes, que é importantíssima! É inconcebível que um restaurante popular – como a gente tem em Brasília – não compre do agronegócio. Eu acho que a agricultura familiar tem capilaridade para isso e eu fico muito satisfeito em ouvir que o GDF e a Secretaria de Agricultura estão se empenhando nisso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Há o caso da merenda escolar. Realmente, Secretário, a lei diz 30%, mas a partir do momento em que tenhamos condições, queremos vender 100% da agricultura familiar, até porque a gente sabe que a produção da agricultura familiar é uma produção agroecológica, orgânica, que traz muito mais qualidade para os nossos alunos.

Quero mais uma vez parabenizar a iniciativa do Deputado Chico Vigilante e também dizer que no dia 11 nós teremos um evento importante, quero convidar os companheiros: haverá uma sessão solene sobre a Marcha das Margaridas.

Parabenizo a todos, toda a Mesa. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do DF e Entorno está à disposição para discutirmos tudo aquilo que for do interesse da nossa categoria, dos agricultores familiares. Estamos à disposição.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Sr. Mário Benedito, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do DF e Entorno.

Concedo a palavra ao Coordenador Geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do DF e Entorno – FETRAF/DFE, Francisco Miguel de Lucena.

SR. FRANCISCO MIGUEL DE LUCENA – Boa tarde a todos e todas. Parabenizo e cumprimento nosso Deputado e companheiro Chico Vigilante pela iniciativa, pela importância do debate. Saúdo todos da Mesa na pessoa do nosso Secretário Lúcio Valadão, as demais representações, companheiros e companheiras, trabalhadores aqui presentes.

Eu gostaria de não repetir, e por isso queria falar de uma das principais questões sobre as quais o DF precisa refletir. Mas primeiro gostaria de me solidarizar com o companheiro Mário, de me associar também às palavras do nosso Secretário Lúcio Valadão, do nosso Deputado Joe Valle no que se refere às questões positivas da agricultura familiar e o potencial que ela tem nessa região do Distrito Federal e Entorno. Por que nós costumamos não omitir a palavra Entorno quando nós falamos no DF? É porque, no nosso entendimento, o DF não seria o mesmo sem o Entorno, e o Entorno não seria o mesmo sem a Capital federal aqui neste Planalto Central. É uma região que hoje está associada e interligada em diversos aspectos, e a questão da produção é o principal deles.

A Capital federal, Brasília, é o principal comércio consumidor, que se apresenta de forma positiva, grandiosa em potencial. A agricultura familiar precisa pensar nessa válvula de escape primeira que temos aqui e buscar produzir não somente uma grande quantidade de produtos, mas principalmente uma grande quantidade de produtos com qualidade. Só que a agricultura familiar e a reforma agrária têm como principal matéria-prima para garantir o exercício da atividade do agricultor e da agricultora, para garantir a produção, a terra, que é um produto



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

escasso nesse território. Por que é escasso? É escasso não apenas pelo limite geográfico do território, mas pela concentração.

Eu participei, semana passada, na quinta e na sexta-feira, de um evento importante em Formosa, que foi o Conselho do Território das Águas Emendadas – aqui há uma representação do Conselho. O nosso Secretário Lúcio esteve lá e fez uma abordagem, na minha avaliação, muito positiva, muito importante. Estiveram lá várias autoridades: nossa Deputada Erika Kokay e vários outros parlamentares e representações. Lá, nosso companheiro Lúcio citou um dos principais problemas, que é exatamente os dados da concentração da terra no Distrito Federal. Eu gostaria de apontar dois que são importantes.

O primeiro é que 6% das pessoas que detêm o domínio da terra no Distrito Federal detêm 74% do território. O segundo é que 82% das pessoas que estão relacionadas como pequenos agricultores detêm apenas 12% do território. Então, vejam, 6% têm 74% do território; 82%, na mesma linha decrescente, têm apenas 12% do território. O que isso representa? Representa que com a ausência dessa matéria-prima é difícil garantir uma agricultura familiar fortalecida. É difícil garantir que nós tenhamos futuramente produtos que venham das mãos dos agricultores, produzidos de forma mais artesanal do que industrial, mas com a qualidade saudável, necessária para a alimentação do povo do Distrito Federal.

É claro que temos uma grande produção de hortaliças, de pequenos animais que já compõem a cesta básica do Distrito Federal e do Entorno, que é significativa para a economia e para, principalmente, a geração de ocupações produtivas, para a inclusão social no campo. As famílias trabalham em pequenas chácaras – grande parte delas com apenas dois hectares – produzindo todo tipo de hortaliças, legumes, pequenos animais – principalmente aves, galinha caipira e outros – para garantir a cesta básica no Distrito Federal.

Nós apresentamos desde muito antes, mas muito forte agora, essa demanda para que possamos, o Governo do Distrito Federal, a Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos debruçar sobre essa situação. Nós entendemos que qualquer ação de regularização só poderia ser feita depois que tivéssemos uma ação discriminatória para identificar quem está ocupando a terra, de que forma está ocupando e qual deveria ser o destino, não apenas legal, mas racional e lógico da ocupação de terra no Distrito Federal. Essa é uma demanda que apresentamos ao Governador Agnelo Queiroz e ainda estamos aguardando uma resposta dele.

Essa resposta viria em um prazo de 30 dias, que venceu no dia 7, na última sexta-feira, e nós já estamos de volta no Distrito Federal – aqui há alguns companheiros e companheiras que vieram nos acompanhando. Nós estamos com umas quatrocentas pessoas na SR 28, Superintendência Regional do Incra. Estamos negociando uma pauta, desde o dia 4 de abril, de que não conseguimos dar conta até hoje em função das diversas limitações de recursos, de pessoal, enfim, de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

infraestrutura na instituição para atender as demandas dos agricultores e agricultoras familiares.

Queremos informar às senhoras e aos senhores que só a Fetraf está com aproximadamente 1.500 famílias acampadas na região de Brazlândia, Sobradinho e São Sebastião, e nós estamos não apenas esperançosos com os frutos que esse trabalho da agricultura familiar possa gerar para o Distrito Federal e para o Entorno e, assim, também contribuir na geração de ocupações, no combate à violência. Inclusive, vai haver uma audiência pública sobre violência, e nós estaremos aqui levantando essa questão como uma das formas alternativas e lógicas, racionais, de combater a violência no Entorno, que é garantir ocupações produtivas, mais educação e mais condição de trabalho e vida para a população.

Quero dizer que nós somos esperançosos, acreditamos na força pujante dessa região. Nós entendemos que é um potencial grandioso que precisa ser melhor analisado, e nós estamos com o objetivo de contribuir com o debate, com a organização na base e com a produção.

A Embrapa é nossa grande parceira, e a Emater, principalmente, já temos uma parceria histórica com a Emater, e agora estamos construindo com a Embrapa. A Emater, recentemente, está entrando nos assentamentos através das chamadas públicas no Incra. Nosso companheiro Almeri, o Presidente e demais membros da Emater, já iniciamos a construção de um termo de cooperação com a Embrapa para a melhoria das sementes e mudas, na questão da agricultura familiar, um processo educativo, um processo que garante o aprendizado dos agricultores e agricultoras: enquanto produzem, aprendem; e estamos abertos para firmar parcerias.

Sabemos que esse território tem uma vocação natural para a agricultura familiar e a reforma agrária. Por quê? Primeiro, porque é um território bastante restrito; segundo, porque é um território que tem condicionantes, do ponto de vista ambiental, que precisam ser redimensionados e trabalhados. Entendemos que a agricultura familiar se adéqua a essa realidade concreta do cerrado e, principalmente, do cerrado do Distrito Federal, uma vez que ela garante ocupações para milhares de jovens que estão procurando emprego e poderiam estar, inclusive, tendo uma renda saudável, produzindo alimentos com as oportunidades e possibilidades que as políticas públicas estão oferecendo. E, em terceiro lugar, porque com a terra distribuída nós teríamos condição, inclusive, de garantir uma melhor preservação das áreas que ainda têm a presença da natureza e a recuperação das áreas degradadas que, ao longo das décadas, foi ocupada de forma inadequada.

Então, nós queremos, companheiro Chico, demais companheiros, principalmente os companheiros dos movimentos sociais aqui na mesa – Orlando, Mário, nós realizamos movimentos conjuntos; todos os movimentos sociais, como o último que ocorreu aqui no Nilson Nelson, uma jornada e um acampamento de oito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

dias, temos uma confluência na construção de alternativas para essa região –, e queremos, por fim, contar com a colaboração dos Srs. Parlamentares, dos nossos representantes nesta Casa para que, juntos, possamos sensibilizar o GDF, porque o território do Distrito Federal não pode continuar sendo tratado da forma como sempre foi. Ele precisa de uma ação incisiva, objetiva e urgente para que, no futuro, a gente possa permitir aos nossos filhos e netos a mesma felicidade que nós temos em morar, em habitar esse território com mais saúde, com mais alimento, com menos exclusão e com mais segurança.

É isso o que a Fetraf deseja, e nós nos sentimos honrados, companheiro Chico e demais companheiros, em participar de uma sessão tão importante como essa. E outras, com certeza, virão, e nós estaremos aqui, juntos, para construir esse futuro que tanto queremos.

Obrigado. (Palmas)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao nosso companheiro Presidente da Fetraf.

Deputado Agaciel Maia, V.Exa. fique à vontade. Na hora em que quiser falar é só sinalizar, mas eu sei que V.Exa. é muito mais de ouvir para depois propor soluções.

Concedo a palavra ao Vice-Presidente e Presidente em exercício da Ceasa, Guarda Jânio.

SR. GUARDA JÂNIO – Muito bem, primeiramente quero agradecer a Deus acima de tudo por essa oportunidade de estar presente aqui nesta Casa. Quero cumprimentar o Exmo. Vice-Presidente de Comissão de Segurança desta Casa de Leis, o autor da iniciativa, Deputado Chico Vigilante — parabéns, mais uma que o V.Exa. nos apresenta —; o Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, Lúcio Valadão; o Chefe de Hortaliças da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — Embrapa —, Celso Moretti; o Diretor Executivo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural — Emater —, Almeri da Silva Martins; o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais — STR/DF —, Orlando Motta de Jesus; o Coordenador Geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do DF e Entorno — Fetraf/DFE/CUT —, Francisco Miguel de Lucena; o Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura — Fetadfe —, Mário Benedito.

Senhores, para mim, de onde vim, é uma satisfação imensa estar aqui nesta Casa. Sou morador de Ceilândia desde 1971. Tive a oportunidade de, quando garoto, aos 14 anos, carregar caixas de laranja naquela feira. E hoje me encontro em uma posição muito importante como Vice-Presidente da Ceasa, representando o Júlio Menegotto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Eu saí do trânsito, como policial educador, para fazer parte dessa equipe vitoriosa e técnica da Emater, da Secretaria de Agricultura e da Ceasa. E sinto um elo importante, porque aprendi a gostar, aprendi a amar e, ao mesmo tempo, dedicar o pouco da experiência que tenho e aprender com esses técnicos.

Gente, nós cuidamos do centro de abastecimento de Brasília; isso é muito importante para nós. E quando nós assumimos a Ceasa, chegamos a ver os pequenos produtores sem espaço nenhum, sendo esmagados por aqueles que vinham — não tenho nada contra — com carretas e mais carretas de fora e colocavam as suas mercadorias. O pequeno produtor não tinha mais vez na pedra.

Em pouco tempo, com o nosso trabalho, conseguimos legalizar, ou colocar ordem na casa. E hoje o pequeno produtor tem o seu espaço garantido. Em pouco tempo já construímos a primeira carteirinha do pequeno produtor, e temos testemunho de um deles que falou para nós: “agora vou produzir porque eu vejo o meu espaço na pedra, e já estou comprando a minha primeira tobata.” Isso é orgulho para uma gestão nova, diferenciada, uma gestão séria.

Eu quero dizer para os senhores que o Governador Agnelo, Deputado Chico Vigilante, tem um time de guerreiros, um time que quer fazer a diferença com a transparência, com o trabalho e com a honestidade. E quero focar bem nessa missão que nos foi dada. Foram várias reuniões e mais reuniões, e chegamos a um objetivo. Está tudo planejado, está tudo registrado, só falta agora o nosso Governador carimbar embaixo.

Quero dizer para os senhores que a agricultura e os produtores têm representantes na Câmara Legislativa, com o Deputado Joe Valle, e também no Senado, com o Senador Rodrigo Rollemberg.

Com a minha experiência hoje, quem for à Ceasa já verá uma grande mudança, uma mudança na qual eu creio que, até o final do ano, tenho certeza, a Ceasa será um dos cartões de visita e ponto turístico de Brasília no abastecimento. Também não posso deixar de destacar, aos produtores que estão aqui presentes, alguns itens importantes para a valorização.

Agradeço as presenças dos Deputados Wasny de Roure e do Deputado Agaciel Maia.

Algo muito importante tem que ser feito de imediato. Precisamos cuidar de um item muito importante, que são as nossas nascentes, porque se não cuidarmos agora, vamos pagar um preço muito alto. As nascentes de Brasília pedem socorro. Precisamos cercá-las com urgência. Estive no Sol Nascente recentemente e vi muitas casas invadindo e acabando com aquela nascente. Precisamos cercar essa área com urgência e realmente fortalecer o pequeno produtor daquela área.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Também não adianta se não valorizarmos. Tivemos um ganho muito grande com o nosso Governador. Os agricultores e os produtores das terras têm um incentivo do banco, que já foi falado aqui.

Muito importante também é o batalhão rural. O Deputado falou da dificuldade dos jovens, que não têm alternativa. Precisamos do batalhão rural para proteger os pequenos produtores. Precisamos fazer com que os caminhões e os tratores tenham GPS, para que tenham mais segurança. E isso é de imediato. As estradas precisam ser bem cuidadas, como disse o Deputado Joe Valle.

Como primeiro suplente, com diferença de apenas 141 votos, digo claramente aos senhores que eu tenho orgulho de ser o suplente do Deputado Joe Valle. Por quê? Porque eu não via a dimensão, a importância de representar a agricultura e os produtores de Brasília. Eu me sinto elogiado e valorizado ao ver que a agricultura agora tem um verdadeiro representante.

Parabéns a vocês, porque juntos, Deputado Joe Valle, aqui na Câmara ou independentemente... Se eu vir a ocupar aqui, não fará diferença, porque a minha marca será registrada para o futuro e o abastecimento de Brasília.

Saúdo todos com carinho. A Ceasa está de portas abertas. Temos metas de construção, de ampliação da cobertura para mais pedras. Temos menções no nosso projeto para 1.200 vagas de estacionamento. Temos projeto de ampliação de mais boxes. O futuro que o Governador espera está neste grupo: Secretaria de Agricultura, Emater, Ceasa. Sempre digo, nas minhas falas, que estamos juntos e misturados, com a faca nos dentes para defender o nosso Governador Agnelo com honra e falar para ele: "Aqui você tem uma equipe que representa bem o Governo na agricultura".

Que Deus abençoe vocês. Obrigado pelo carinho e pela oportunidade. Até breve!

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Agradeço ao representante da Ceasa.

Concedo a palavra ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Distrito Federal, Orlando Motta de Jesus.

SR. ORLANDO MOTTA DE JESUS – Boa tarde a todos os presentes, companheiros e companheiras, trabalhadores e trabalhadoras rurais. Agradeço ao Deputado Chico Vigilante, ao nosso Secretário de Agricultura, Lúcio Valadão.

Eu sou agora o Presidente do Sindicato. Estamos aí para unir essa força, esse trabalho que vem acontecendo com a parceria da Secretaria de Agricultura e o Sindicato no campo. Com certeza, essa parceria será forte e unida até o fim.

Obrigado, Deputado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado pela brevidade.

Concedo a palavra ao Diretor Executivo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, Almeri da Silva Martins.

SR. ALMERI DA SILVA MARTINS – Boa tarde a todos e a todos. Parabenizo o Deputado Chico Vigilante pela brilhante ideia e iniciativa. Parabenizo também o nosso Secretário de Agricultura pela brilhante palestra que proferiu neste recinto. Em nome dele, cumprimento todos e todas as autoridades presentes à Mesa.

A Emater concorda em gênero, em número e em grau com o que foi postulado aqui. Este Governo que aí está teve seu projeto aprovado nas urnas. Prova disso é que o Secretário mostrou a política de governo do Agnelo. E dentro de tudo isso, a agricultura familiar, para nós, está em primeiro lugar, tanto dentro da Secretaria quanto dentro da Emater-DF. E pensamos diuturnamente: agricultura familiar, agricultura familiar, agricultura familiar. Esse é o nosso norte.

Acho que, com essa feliz ideia de colocarmos uma central de compras. não sei se vocês perceberam a dimensão dessa ideia do Deputado Chico Vigilante. A agricultura familiar está – eu sempre digo isso – com a faca e o queijo na mão. Depende de alguns ajustes políticos, depende de alguma negociação, e esta Casa vai ter a grande responsabilidade de fazê-la. Nós estamos com tudo para o desenvolvimento da agricultura. Tecnologia não é problema para o agricultor familiar. Máquinas e equipamentos, eu não vejo grandes problemas para a agricultura familiar. Se temos uma central de compras, se temos o PA, o PNAE, tudo a favor da agricultura familiar, se temos tecnologia, o que nos resta?

A grande responsabilidade da Emater é na organização dos produtores familiares. Se nós não conseguirmos organizar a agricultura familiar em cooperativas, em associações, eu acho que a Emater não cumprirá a sua tarefa correta. Não adianta termos uma central de compras, se todos entregarem esses produtos de forma desorganizada, sem classificarem por quantidade e qualidade. O que nós realmente precisamos é que essa central de compras receba os produtos com quantidade, qualidade e frequência. São três coisas importantes para que consigamos. Não podemos depender somente da política do Governo, porque amanhã poderá vir outro governo e dizer que esta não é a política correta. E aí o agricultor, se estiver organizado, vai colocar seus produtos em supermercados, em tudo.

Nós defendemos a questão do associativismo, do cooperativismo. Se a Emater não conseguir implementar uma ação educativa aos agricultores familiares, eu me considerarei um cara que não cumpriu sua tarefa. Acho que, sozinhos, nós vamos mais rápido, mas juntos nós vamos bem longe.

Obrigado, Deputado Chico Vigilante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Almeri.

Antes de passar a palavra ao representante da Embrapa, Sr. Celso Moretti, concedo a palavra ao nobre amigo Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Exmo. Sr. Deputado Chico Vigilante, com quem tenho a honra de ter uma amizade há muitos anos, quero parabenizar V.Exa. pela iniciativa da realização desta comissão geral. V.Exa., assim como eu, também é originário... Não sou especialista em agricultura, mas meus pais, com um pequeno sítio, criaram 22 irmãos. Sou de uma família grande, nordestina. Meu pai tinha um pequeno sítio chamado Bom Lugar e ainda está lá. Mamãe completou 60 anos que mora na mesma casa. E eu sei da importância que possui o pequeno produtor.

Eu acho que só V.Exa. tinha condições de trazer para uma comissão geral uma Mesa tão qualificada. Nós temos o nosso Secretário de Agricultura, Dr. Lúcio Taveira Valadão. Nós temos o Chefe de Hortaliças da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, que é uma referência mundial, na pessoa do Dr. Celso Moretti. Temos o Diretor Executivo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, nossa querida Emater, na pessoa do Almeri da Silva Martins. Temos também o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Orlando Motta de Jesus. Temos o Vice-Presidente das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal, nosso querido Guarda Jânio, esse fenômeno eleitoral, esse fenômeno de comunicação. Jânio, eu não te conhecia, apenas do processo eleitoral, mas quero parabenizá-lo, porque você é um cara excepcional. Temos o Coordenador Geral da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Distrito Federal e Entorno, Francisco Miguel de Lucena, esse sim vive na luta do dia a dia, enfrentando todos os problemas inerentes a esse assunto. E temos o nosso Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura, Mário Benedito.

Meus amigos, estou em Brasília desde 1974 e conheço praticamente a área rural desde o início. Conheço os problemas. Não sou especialista, apesar de ter estudado economia rural. Na realidade, a minha participação se dá em termos da minha especialidade, que é Economia, e como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Na análise econômica da situação da agricultura familiar, em termos de números, é pouco, Deputado Chico Vigilante. Nós temos 175 mil para 4 anos. E nós temos na agricultura e no desenvolvimento urbano, eu estou dizendo que nós temos 2 milhões. Nós temos 300 mil reais para 2012 para a agricultura familiar. Nós temos 455 mil para 2013, 659 mil para 2014 e 865 mil para 2015.

Em toda a agricultura e desenvolvimento rural, nós temos para o quadriênio 175 milhões. Nós sabemos que o PPA, o nosso Plano Plurianual do Governo do Distrito Federal para os 4 anos, representa 113,6 bilhões de reais. São 113,6 bilhões, e vem a saúde com 24 bilhões em primeiro lugar; a segurança em segundo, com 22 bilhões. Nós estamos falando que agricultura e desenvolvimento urbano têm 175



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

milhões. Então, dos 113 bilhões, nós temos apenas um quinto de um bilhão. Nós temos 113 bilhões para os 4 anos. Isso significa dizer que, provavelmente, se for uma política de governo e se houver necessidade — nós temos Deputados aqui vinculados, como o Deputado Joe Valle, e todos nós conhecemos um pouco de agricultura, mas existem os especialistas —, nós podemos alterar esse quadro, porque cabe à Câmara Legislativa realizar essas emendas. Esta comissão geral serve exatamente para isto: para subsidiar os parlamentares e deputados distritais que conhecem a realidade, uns mais e outros menos — uns mais em determinadas regiões, como é meu caso em São Sebastião, e outros, que são de Brazlândia. Cada um possui uma realidade.

Então, podem os deputados distritais expressar, através de suas emendas no PPA, a elevação desse valor de 175 milhões para 4 anos, pelo menos, para o dobro. Também há necessidade, conforme foi falado, nós sabemos que a agricultura desenvolvida hoje está pouco intensiva de mão de obra, e mais intensiva de tecnologia. Às vezes uma pessoa com um pequeno trator ou com algum mecanismo produz muito mais, com qualidade melhor, porque nós temos uma assistência técnica excelente que é a da Embrapa e da Emater. Às vezes faltam condições financeiras de dar suporte àquele produtor. Conhecimento se tem, mas às vezes falta o financiamento.

É lógico, e eu faço uma autocrítica porque nós, Deputados, sempre – eu digo isso porque a Caesb apresentou um projeto e praticamente não tinha nada para saneamento rural. Quando o pessoal veio discutir, fizemos exatamente esse alerta de que havia necessidade — eu conhecia algumas regiões que demandaram isso, como o Boqueirão, a Rajadinha — de colocar essa assistência do saneamento rural, a água da Caesb chegando às casas com qualidade.

Esta comissão geral está de parabéns. Ela serve exatamente para alertar a Câmara Legislativa e o Distrito Federal da necessidade de dar um enfoque maior. Conforme eu disse, o Deputado acha que tem pouco voto na área rural. Portanto, não dão a importância que a área rural de Brasília tem. Pensamos muito no problema de quantos votos teremos na área rural, mas não pensamos que aquele alimento que chega a nossa mesa no dia a dia vem dessa área rural. (Palmas.)

Não vou discutir problemas técnicos porque eu não estou preparado para isso como vocês, que são especialistas, mas como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças — também estava presente aqui o Deputado Wasny de Roure, que é um economista de mão cheia, uma pessoa da melhor qualidade, que entende bem dessa situação; temos o Deputado Cláudio Abrantes, que é da comissão; temos o Deputado Benedito Domingos e a Deputada Eliana Pedrosa —, informo a vocês que estaremos sensíveis a aumentar essa dotação orçamentária que existe para o desenvolvimento da agricultura no DF. Nós poderemos chegar pelo menos ao dobro, a 350 milhões de reais nos 4 anos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Era isso que eu queria dizer a vocês. O comprometimento é meu e falo em nome da Comissão, sem a autorização dos Deputados, para dizer que estaremos abertos à participação, à ida do Secretário de Agricultura, a vocês que são especialistas, para que proponham essas alterações. Estaremos lá prontos para fazê-las.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Excelente intervenção do Deputado Agaciel Maia. Creio, Dr. Lúcio, que nós já temos o primeiro desafio, que é o de V.Exa. preparar as alterações para que possamos fazer aqui na Câmara Legislativa a ampliação dos recursos e encaminhar ao Deputado Agaciel Maia na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da Câmara Legislativa. Só essa intervenção e a disposição de fazermos isso aí já valem muito com relação a nossa comissão geral. (Palmas.)

Concedo a palavra ao Sr. Celso Moretti, Chefe de Hortaliças da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Antes de passar a palavra ao senhor, é importante registrarmos um fato. Eu fico imaginando hoje, Celso, Lúcio, senhoras e senhores, o que seria do Brasil em termos de produção de alimentos — nós somos hoje um dos maiores produtores de alimentos do mundo, de alimentos de qualidade — se não fosse a luta dos movimentos sociais, especialmente dos servidores da Embrapa, quando o Collor queria destruir essa empresa. A Embrapa foi ameaçada. Ela foi uma das empresas escaladas para deixar de existir. Foi a força do povo brasileiro que fez com que ela continuasse existindo. Nós estamos vendo agora a importância estratégica que essa empresa tem e que adquire cada vez mais. Você vê hoje a Embrapa indo à África, que é o continente da fome, da miséria absoluta e do sofrimento, levando conhecimento e tecnologia, a fim de que, quem sabe daqui a alguns anos, aquelas pessoas tenham como se alimentar de maneira digna, de maneira decente.

Antes de conceder a palavra a você, Celso, eu fiz questão de fazer esse registro pelo carinho que todos nós temos pela Embrapa do Brasil.

Concedo a palavra ao Sr. Celso Moretti. (Pausa.)

SR. CELSO MORETTI – Muito obrigado, Deputado, pelas palavras elogiosas. Nós ficamos lisonjeados, mas ao mesmo tempo também sentimos uma responsabilidade maior ainda pelo trabalho que a gente tem para realizar, não só pelo País, pelo Brasil, pelo Distrito Federal, obviamente. Mas hoje, essa fome que está assolando, como V. Exa. bem colocou, o continente africano, essa questão da fome – 29 mil crianças morreram de fome recentemente, só na Somália – traz uma responsabilidade muito grande ao Brasil, que é considerado um celeiro do mundo, em termos de produção de alimentos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

Quero cumprimentar V.Exa., Deputado Chico Vigilante, pela iniciativa. Uma vez mais, quero trazer aqui o abraço do nosso diretor-presidente, Dr. Pedro Arraes, que em função de compromissos anteriormente assumidos, não pôde estar presente, mas me ligou e me pediu para trazer esse abraço aqui a V.Exa.

Quero cumprimentar também as demais autoridades desta Mesa, o nosso Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, o meu amigo Lúcio Taveira Valadão. Como já foi colocado aqui, o Lúcio é uma pessoa muito preparada para essa missão, é uma pessoa que conhece realmente a produção de alimentos aqui no Distrito Federal, que não poderia estar em melhores mãos.

Quero cumprimentar também o nosso diretor executivo da Emater do Distrito Federal, o Sr. Almeri da Silva Martins, e dizer que a Emater é uma grande parceira nossa da Embrapa. A Emater do Distrito Federal é um modelo para todas as outras Emater do Brasil. Eu não tenho nenhum pudor de afirmar isso, por ver o trabalho, por ver a qualificação técnica que os técnicos da Emater possuem. Nós temos o escritório da Emater dentro do nosso centro de pesquisa que fica lá na Ponte Alta, próximo ao Gama, na saída ali para Goiânia. Nós temos o escritório da Emater e, sempre que nós temos uma reunião nacional da Embrapa, o nosso diretor-presidente menciona os exemplos lá do escritório da Emater, da Embrapa Hortaliças, e do escritório da Emater da Embrapa Cerrados, como um exemplo da articulação, da extensão e da pesquisa. Então, quero levar a saudação a todos os nossos colegas da Emater pelo brilhante trabalho que vocês têm feito.

Quero cumprimentar o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Sr. Orlando Motta de Jesus, representando aqui os trabalhadores rurais do Distrito Federal; o nosso presidente em exercício da Ceasa, o Guarda Jânio. Quero dizer que a Ceasa é extremamente importante para toda essa questão que foi colocada aqui anteriormente de segurança alimentar e nutricional. Nós, periodicamente, temos um trabalho que fazemos junto com a Emater, no qual a Embrapa e a Emater vão à Ceasa. Todos os sábados nós temos participado de eventos lá na Emater, ensinando as pessoas a preparar e a consumir hortaliças.

Quero cumprimentar também os representantes da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do DF e Entorno, o Sr. Francisco Miguel de Lucena, e o Sr. Mário Benedito. Quero estender o cumprimento a todos os agricultores familiares aqui presentes, a todos os colegas, a todos os extensionistas.

Senhoras e senhores, muito boa tarde. É uma satisfação muito grande para a Embrapa estar aqui presente neste momento. Quero parabenizar uma vez mais pela iniciativa. Ontem, nós tivemos mais uma reunião do Plano Brasil Sem Miséria, e fiquei muito feliz de ver aqui no *slide* do Lúcio o DF Sem Miséria. Nós vimos, pelos dados apresentados ontem pela Ministra Tereza Campello, que 25% da pobreza, da extrema pobreza deste País estão no campo. Então, nós temos, apesar de a Região Centro-Oeste e o Distrito Federal não serem assolados como o Nordeste do nosso



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

país, que tem 60% das pessoas extremamente pobres ou que têm uma renda familiar de menos de 70 reais *per capita* por mês, quero dizer que em relação à produção de hortaliças, como o nosso Secretário Lúcio colocou, com muita propriedade, hoje 70% a 80%, e aí é uma informação, Deputado Chico Vigilante, que eu gostaria de agregar àquelas informações que V.Exa. nos passou na abertura, com sua fala, sobre a importância da agricultura familiar, 70% a 80% dessa produção no Brasil é feita por agricultura familiar.

Deu para perceber na apresentação do nosso Secretário que 69% dos agricultores do Distrito Federal produzem hortaliças. As hortaliças estão na nossa mesa no dia a dia, pois consumimos alface, cebola, tomate, beterraba, que são fontes de compostos funcionais, antioxidantes e possibilitam a melhoria e a prevenção de doenças, principalmente para as crianças. Esse é um trabalho importante e tem de ser colocado aqui. É importante estimularmos o consumo de frutas e hortaliças pelas crianças, pelo público infantil. Segundo uma pesquisa realizada pelo IBGE, em 2008, sobre orçamento familiar — que acabou de ser liberada agora, inclusive teve repercussão na mídia —, houve uma redução do consumo de hortaliças no Brasil de 6,7%.

Nosso Deputado Agaciel Maia é economista, e não está mais aqui. Mas conversava com os economistas da própria Embrapa que, na medida em que temos um trabalho que vem sendo feito a partir de inclusão social, hoje talvez estejamos na segunda geração dos programas de inclusão social neste País que foram iniciados com o Presidente Lula por meio dessa distribuição de renda, e agora nessa segunda geração com a nossa Presidenta Dilma Rousseff, as pessoas têm uma melhoria de renda. Elas estão começando a ir ao supermercado. Quando elas aumentam a renda, procuram comprar uma carne de frango, um biscoito. Vemos na Região Nordeste um aumento de 35% do consumo de biscoitos e massas. Isso é preocupante, porque as pessoas que estão começando a ter acesso ao alimento de uma forma mais constante podem estar correndo o risco de comerem mal, e aí podemos ter o problema da obesidade, enfim, com todas as questões associadas.

Como o próprio Deputado Chico Vigilante colocou, a Embrapa tem feito um trabalho na África. A nossa unidade é de hortaliças. Aqui represento nosso diretor-presidente, mas como chefe do Centro Nacional de Hortaliças, que está localizado aqui no Distrito Federal, eu fico muito à vontade para dizer que nós do Centro de Hortaliças trabalhamos 100% do tempo com agricultura familiar, e isso é um motivo de orgulho. Muitas vezes, quando falamos das grandes *commodities* – soja, trigo –, fica parecendo que a Embrapa tem esse foco, mas na verdade temos técnicos, pesquisadores que trabalham voltados para o desenvolvimento de tecnologia para a agricultura familiar, como é o nosso caso.

Deputado, temos realizado trabalho em vários países, principalmente nos de língua portuguesa. Temos um trabalho forte também no Haiti, junto com a nossa força de estabilização, a Minustah. Um testemunho que gostaria de dar a vocês é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

que só conhece realmente a miséria, só conhece realmente a pobreza quem já teve a oportunidade de visitar o interior de um país como Angola, devastado por guerras civis. Tive a oportunidade de ficar lá por um mês, enfiado naqueles grotões de Angola, e de também conhecer a realidade do Haiti.

Fazemos um trabalho no Haiti desde 2005, com a força de paz brasileira lá instalada, tentando reduzir a insegurança alimentar e a vulnerabilidade social daquela população. Lá não chega adubo, não chega semente, é uma situação de extrema pobreza e miséria. Fomos avaliar alguns dos nossos materiais da Embrapa, na tentativa de fazer com que aquele povo pudesse produzir alimentos. Como eles não têm adubo, às vezes aqui temos essa facilidade, decidimos levar a produção orgânica, pois houve, com já foi falado aqui, um crescimento na questão da transição agroecológica. Quando estávamos ali mostrando a eles como produzir utilizando o melaço, que tinha disponível, utilizando um pouco de leite para a produção de um adubo orgânico, os produtores que falam *créole*, um dialeto local, dizem que não querem que coloquem na terra, pois eles querem comer aquilo. Quando fomos lá, em julho de 2009, na época da colheita, as mulheres camponesas colhiam aquele alimento chorando. Eu testemunhei isso. Todo esse trabalho que fazemos fora do País é com a parceria da Emater. Levamos as tecnologias da Embrapa para os agricultores do Distrito Federal.

Não tive oportunidade de falar, mas o Deputado Joe Valle propôs uma horta aqui no centro. Eu disse que doo as sementes, se precisar. A Embrapa entraria com as sementes.

É importante o fortalecimento do trabalho da Emater, essa parceria que temos por meio de emendas parlamentares. O Senador Rodrigo Rollemberg, todo ano, apoia muito o trabalho da Embrapa. Por meio de uma emenda parlamentar, no ano passado, fizemos um trabalho junto com a Aspág – Associação dos Produtores de Alexandre Gusmão, em Brazlândia, uma região que tem bastante importância na produção de morangos. Hoje, o Distrito Federal é a quinta maior região produtora de morangos do país. Por meio de uma emenda parlamentar, apoiamos o trabalho feito lá pelos agricultores familiares da Aspág. Temos uma parceria muito grande também com o pessoal da Taquara, do Pípiripau, de Vargem Bonita. Enfim, temos procurado fazer esse apoio ao trabalho feito no Distrito Federal, pela Emater e pela Secretaria de Agricultura.

Para finalizar, quero deixar aqui o nosso apoio. Colocamos a Embrapa à disposição para transferir tecnologias, para avaliar e validar tecnologias, produtos e serviços que a nossa instituição tem, a fim de contribuir para a melhoria e gerar renda e emprego no Distrito Federal. Foi bem colocada aqui a importância que tem a agricultura familiar. Estou indo amanhã ao Pontal do Paranapanema, a segunda região mais pobre de São Paulo, para visitar 38 assentamentos em uma localidade chamada Pé de Galinha, onde nós, com o trabalho e o apoio também de uma emenda parlamentar de um Deputado da região, estamos organizando um galpão do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

produtor para agregação de valor e para gerar renda. Temos que contribuir para a geração de renda. As pessoas que estão no campo têm que ter renda, vida digna. Acho que esse é um trabalho muito importante.

Mais uma vez, obrigado pela iniciativa. A Embrapa está à disposição. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Celso Moretti.

Tive a oportunidade, no recesso, de visitar o sertão nordestino. Fui a Sergipe. Entre outras, a cidade que mais me chamou a atenção foi Canindé de São Francisco. Ela fica às margens do Rio São Francisco, onde há a Usina de Xingó. Houve o trabalho de reassentamento feito pelo Governo – a usina foi construída na época do Governo Sarney – e, agora, há o trabalho de acompanhamento da Embrapa, feito com aqueles trabalhadores. Vi uma coisa que me emocionou muito: as plantações de girassol. Eles estão produzindo girassol com a tecnologia da Embrapa. Há plantações de goiaba de alta qualidade, de quiabo. Ela é o maior produtor de quiabo do mundo. Hoje, Canindé de São Francisco, graças à tecnologia da Embrapa, é o maior produtor de quiabo do mundo. Eles estão produzindo tudo, até manga, com a irrigação. Há uma música que diz que o sertão vai virar mar, mas só se for mar de prosperidade, que é o que vemos lá. É um trabalho de desenvolvimento. Ai de quem falar mal do Lula naquela região!

Ouviremos agora os companheiros que se inscreveram. É com satisfação que passarei a palavra ao companheiro que é Secretário Agrário do Partido dos Trabalhadores, um lutador das causas dos pequenos agricultores do País e do Distrito Federal, o José Vaz Parente. Eu o conheci quando ele não tinha cabelo branco. Hoje, até as sobancelhas já ficaram brancas.

Concedo a palavra ao Sr. José Vaz Parente. Depois, ouviremos o Presidente do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável de Brasília, Ricardo Alcântara; o Assessor da Fundação Jardim Zoológico, Sandro Almeida, e o Presidente do Movimento Brasileiro Sem Terra, MBST, Nicinho.

SR. JOSÉ VAZ PARENTE – Inicialmente, quero saudar as companheiras e os companheiros trabalhadores rurais presentes e os demais membros da Mesa, em especial o companheiro Deputado Chico Vigilante, pela tão oportuna iniciativa.

Nossa preocupação, que consideramos como talvez a mais significativa neste momento em que discutimos a questão da agricultura familiar, já me alinhando às explanações feitas pelos companheiros Francisquinho, Mário e o próprio Secretário de Agricultura do Distrito Federal, diz respeito ao seguinte fundamento: não há como imaginarmos a expansão e a consolidação da agricultura familiar no contexto de uma estrutura fundiária marcada por contradições tão cruéis, tão gritantes. Não há como, a não ser que queiramos manter, *ad eternum*, esse paradoxismo de uma agricultura que produz o muito com pouco, ao contrário da outra, que produz pouco com muito.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Ou seja, temos, de um lado, os pequenos ocupantes – a maioria são ocupantes ainda, não proprietários – e proprietários de terra produzindo o máximo com o mínimo, sobretudo no que diz respeito aos componentes fundamentais, impulsionadores dessa produção, que se chamam terra e crédito. Isso, para não falar, evidentemente, na incipiente assistência técnica e até mesmo, com todo o respeito ao papel que a Embrapa tem desenvolvido ao longo da sua história, na falta de tecnologia mais apropriada para a pequena agricultura, principalmente nessa perspectiva da sua transição de um modelo tradicional para um modelo agroecológico.

Então, temos algumas fraturas que realmente justificam essas estatísticas tão preocupantes, anunciadas pelos nossos institutos de pesquisa. Para além do IBGE, temos também as estatísticas do Incra, que demonstram claramente que o Distrito Federal, não diferentemente dos demais territórios brasileiros, compreende uma das concentrações mais perversas deste país. Até porque, predominantemente, as suas terras são de natureza pública, o que significa que boa parte do território rural do Distrito Federal é objeto de grilagem, que precisa, evidentemente, ser combatida com muita veemência.

Sem resolvermos esses problemas relativos à estrutura fundiária, marcada por essas inúmeras anomalias, como bem citou o Chiquinho, 6% dos imóveis detêm para mais de 72% das terras agricultáveis, enquanto do outro lado, no outro extremo, 82% apenas com 12% dessas terras. Não há como, em termos prospectivos, pensar que essa agricultura possa se tornar rentável, autossuficiente a ponto de permitir àqueles que a exercitam o mínimo de acumulação. Ela vai continuar, sim, com seu papel marginal de transferência de renda, de transferência de trabalho para as demais unidades de produção, que são justamente aquelas que infelizmente no Brasil continuam produzindo o mínimo com o máximo.

Só para exemplificar: no atual exercício foram reservados mais de 100 bilhões em termos de Plano Safra para agricultura empresarial, para o agronegócio, que representa quando muito 14% do total de estabelecimentos existentes no país, e apenas 16 bilhões para os 86% de estabelecimentos que são constituídos basicamente por pequenos e médios produtores. Então, senhores, sem nos dispormos a abraçar, a assumir, a encarar esse desafio... E aí, Chico, é bom que se registre o plano de governo Novo Caminho, que nós construímos. Ele reúne todas as diretrizes que – caso efetivadas – resolvem, equacionam em boa parte esse problema.

Só que diferentemente, para nossa tristeza, nós deparamos com alguns atos que são de organizações isoladas dentro da estrutura de governo, mas que inspiram e suscitam toda uma preocupação, como o foi mais recentemente a Resolução nº 02 da Terracap, que ao sinalizar para a possibilidade de regularização das terras públicas, indevidamente ocupadas na maioria por especuladores, admitiu que essa regularização tivesse como unidade mínima as unidades de 2 hectares, deixando em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

aberto as unidades máximas, inclusive contrariando a própria Constituição, contrariando a legislação federal, que estabelece o limite da média propriedade para efeito de regularização de ocupações em terras públicas no caso da Amazônia Legal.

Aqui no Distrito Federal, que padece da insuficiência de terras, ocorre justamente o contrário. A resolução que está vigendo, para espanto de todos, estabelece, autoriza o governo a regularizar ocupações com uma dimensão mínima de 2 hectares e a dimensão máxima em aberto.

E aí, companheiro? Esse tipo de ato, de procedimento, não condiz evidentemente com os anunciados, entendendo que essa conferência geral tem duas dimensões: uma factual, que nos foi trazida pelos integrantes da Mesa; e uma prospectiva, em que caso essas medidas, essas mudanças não se sucedam, teremos no futuro um quadro não diferente do atual, em termos de ocupação e utilização das terras do DF e Entorno, por extensão, com alguns agravantes. Entre esses agravantes, quero aqui registrar que está a questão justamente da qualidade de vida da população do Distrito Federal e Entorno. É a quarta população do país num território diminuto de 580 mil hectares, onde 380 mil hectares, segundo o Diretor de Fiscalização da Terracap, são de natureza pública. Só que ele nos confessou que não sabe em que condições esses 380 mil hectares se encontram em termos de utilização, em termos de ocupação.

Pois bem, essa é uma das coisas mais graves. E para culminar, temos que registrar em termos de preocupação todas as iniciativas já tomadas. Uma por sinal é bastante louvável, que foi mais recentemente: a realização da conferência, promovida pela Secretaria de Agricultura, sobre desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e Entorno. Nessa conferência, nós tivemos praticamente ratificadas todas as propostas, todas as diretrizes contidas no programa Novo Caminho, que foi amplamente chancelado pelo voto popular, por ocasião da eleição do companheiro Agnelo, com alguns acréscimos que avançam nessa perspectiva de atacarmos as raízes dos nossos graves problemas, que se refletem justamente nessa questão candente que hoje vem sendo amplamente explorada, principalmente pelo Governo Federal, que é a questão do combate à extrema pobreza.

Nós sabemos que quase 50% dessa pobreza, inaceitavelmente, residem no campo. E desses 50% – que perfazem em torno de dezesseis milhões de pessoas, é a pobreza em geral no país, e para mim esses dados estão subestimados –, desses dezesseis milhões, a metade – sete milhões e pouco – reside no meio rural.

Então, justamente avocando aqui a expressão de um dos companheiros que disse que o Brasil não apenas é candidato, mas consiste hoje em uma das maiores expressões em termos de produção de alimento do mundo, nós sabemos que o grosso desse alimento, evidentemente, é na forma de *commodities* voltadas para exportação. O nosso povo ainda é um povo subnutrido, um povo subalimentado. Com todas essas possibilidades, com toda essa potencialidade que reúne o Brasil, é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

um povo que vive em condições subumanas de vida, em que os seus direitos fundamentais, tanto da primeira quanto da segunda e, agora, da quarta geração, incluindo aí o direito ao meio ambiente saudável, estão não apenas comprometidos, mas fadados mesmo a serem negados de forma definitiva.

E aqui, no caso específico do Distrito Federal, o modelo hoje existente, se não for modificado, a começar por uma reforma agrária, por uma regularização fundada em uma discriminatória administrativa, de modo a permitir que o Estado conheça a real dimensão de suas terras públicas, em que condições elas se encontram, assim como a situação das terras de domínio privado, para sabermos quais as unidades que, de fato, cumprem uma função social. Acoplado a isso, uma intervenção em termos de desapropriação por interesse social, para resolvermos, equacionarmos em definitivo o problema da agricultura familiar neste país, que padece da insuficiência de terras e, por consequência, da insuficiência de crédito e dos serviços sociais básicos. A agricultura familiar não vai se resolver se nós não dermos passos definitivos no sentido de equacionarmos esses problemas.

Então, não vamos ter ilusão. Podemos, sim, melhorar a situação daqueles que hoje são detentores de terras – poucas terras – com políticas de cunho compensatório, sem alcançar as verdadeiras raízes dos seus problemas. Mas, é claro, cessando essas políticas, os problemas aflorarão, e com muita intensidade. Portanto, há necessidade, Chico, de retirarmos nesta Casa – não é nada excepcional, não é nada extravagante – apenas uma resolução, no sentido de o Governo que nós ajudamos a eleger, de o Governo que nos representa – evidentemente, o compromisso desse Governo – dar efetividade a esse programa, voltar as suas atenções para essa questão. Não vamos ter ilusão, não vamos querer tapar o sol com peneira, as coisas são muito evidentes.

Se quisermos, de fato, equacionar esse problema desses nossos hóspedes frequentes que adentram o Planalto Central, ocupando a Esplanada, estabelecimentos, pressionando, temos que dar um passo definitivo no sentido de resolver esses problemas.

E no caso do Distrito Federal, companheiros – e aqui concluindo –, a medida de reordenamento dessa cruel estrutura fundiária, cuja concentração é superior à média nacional, passem, ela se daria com um custo bastante módico, politicamente talvez não, mas do ponto de vista financeiro, que é sempre um dos entraves levantados. Não temos recursos para criar sequer uma secretaria de desenvolvimento agrário, não temos recursos para isso, não temos recursos para aquilo. Do ponto de vista financeiro, pelo fato de as terras serem de domínio público, o custo seria desprezível.

Agora, é claro, se quisermos resolver, equacionar esse problema, cuja essência está justamente nos entraves de natureza política, foi para isso que elegemos o Governo Agnelo, foi para isso que elegemos a bancada do PT, do PSB e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

de outros partidos que se dizem compromissados com essas mudanças. Então, não existe nada de impertinente, nada que não possa ser assumido em todo por esta Casa, e acolhido, evidentemente, pelo Executivo.

Então, é isso que esperamos como resultado, entre outros encaminhamentos aqui apresentados, desta conferência, desta comissão geral.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Alcântara.

SR. RICARDO ALCÂNTARA – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o Deputado Chico Vigilante, o Secretário de Agricultura Lúcio Valadão, e os membros da agricultura familiar.

Eu sou do Conselho de Segurança Rural e Desenvolvimento Rural Sustentável de Brazlândia, do qual mais ou menos 40 associações fazem parte. Brazlândia gera hoje mais de 20 mil empregos na área rural. Quero deixar registrado que falaram muito na legalização fundiária no Distrito Federal, uma das metas do Distrito Federal, que eu vejo. Os grileiros de terra são os que ganham vantagem em tudo aqui dentro do Distrito Federal.

Eu queria deixar registrado aqui nesta Câmara que muitos falam do começo de Brasília, de 1960 para cá, mas ninguém fala de 1960 para trás, das falcaturas que fizeram com os moradores históricos que moravam aqui antes de Brasília. Que muitas vezes pegaram o cartório de Planaltina-DF e passaram para o cartório de Planaltina de Goiás. Em 1956, ano em que eu nasci, foi o ano em que eles fizeram mais fraudes na documentação do Distrito Federal. Hoje, se quiser levantar a realidade do Distrito Federal, é só confrontar os verdadeiros e legítimos herdeiros. Por que não se pode passar essa escritura definitiva para os moradores da agricultura familiar? Por que os grileiros que estão hoje no Distrito Federal podem vender terra, podem fazer loteamentos e vender e ninguém toma nenhuma atitude? Mas os verdadeiros, legítimos moradores, muitos deles hoje não têm uma casa para morar, foram retirados das suas propriedades no começo de Brasília pelo Exército, foram arrancados de suas casas. Inclusive meus familiares, pois eu nasci e morei na Granja do Torto.

Eu queria dizer o seguinte: o primeiro registro paroquial feito dentro do Distrito Federal, antes era Goiás, é o 001, que é da Fazenda do Paranoá. Famílias foram todas arrancadas de dentro das suas propriedades e hoje ninguém fala de antes de Brasília, só fala de Brasília para cá de Juscelino Kubitschek. E os verdadeiros, legítimos herdeiros não invadiram terra, não foram contra o governo. O Governo Federal desapropriou as terras, não pagou e se apropriou das terras. Por que tem vilas, agrovilas e outros nomes por aí?

Então, eu quero dizer ao companheiro Chico Vigilante, ele esteve na Fazenda Jacaré junto com o então candidato Agnelo e nós falamos sobre essas questões



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

fundiárias do Distrito Federal, inclusive daquela mineradora que você falou que ia tomar providências sobre a poeira que estava incomodando os moradores daquela região.

Eu quero deixar registrado que, se o Governador Agnelo quiser acabar com a grilagem das terras do Distrito Federal, é só ele convocar uma discriminatória e convocar quem for os legítimos herdeiros a apresentarem a documentação. E acaba com essa grilagem e a pouca vergonha dentro do Distrito Federal.

Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. Sandro Almeida.

SR. SANDRO ALMEIDA – Primeiramente, eu queria agradecer pela minha fala nesta honrada Casa, em nome do Deputado Chico Vigilante, que teve essa brilhante ideia de criar esta comissão geral para tratar desse assunto altamente pertinente. Agradeço também ao Sr. Almeri, Diretor Executivo da Emater, em nome de quem saúdo o resto da Mesa.

Estou falando como assessor especial da Fundação Jardim Zoológico. Nós gostaríamos de entrar, sermos inseridos nesse rol de parcerias enquanto inclusão social do homem do campo, algo que considero importantíssimo. O Zoológico compra em torno de 5 milhões de reais por ano de alimentos. Essa brilhante ideia do Dr. Lúcio, Secretário de Agricultura, de criar a Central de Compras de Alimentos, vem ao encontro da nossa intenção no que diz respeito ao dinheiro do orçamento para comprar alimentos no Zoológico para a alimentação nutricional. Poderia ser utilizado para comprar não só 30% dos alimentos a partir do Programa da Agricultura Familiar, mas 100% dos alimentos, ou seja, 100% dos alimentos comprados para prover a alimentação dos animais poderiam vir a partir dessas compras de associações e de cooperativas de agricultores.

Eu queria também falar que esse pessoal que luta no campo, que de certa forma trabalha na agroecologia, trabalha na agroflorestania, que é a cidadania da agrofloresta, traz produtos orgânicos, produtos saudáveis para a gente. É importantíssima essa parceria a partir do instrumento jurídico da Central de Compras de Alimentos, utilizando esse rol de parcerias entre Secretaria de Agricultura, Emater, Ceasa e Zoológico. O Zoológico, apesar de guardadas as devidas proporções, é um microcosmo, mas 5 milhões é um bom dinheiro e poderia ser usado para comprar diretamente dos agricultores familiares do Distrito Federal.

Eu queria também agradecer a parceria que estamos fazendo com a Emater de criação da Unidade de Produção de Alimentos do Zoológico. Nós, a partir do conceito de sustentabilidade, de autossuficiência, estamos criando a Unidade de Produção de Alimentos dentro do Zoológico com a assistência técnica da Emater, claro que dentro dos conceitos da agricultura orgânica, da agrofloresta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

Contradizendo o Deputado Joe Valle, lá não vai ter Bayer porque não é bom, não vai ter Roundup. Lá a questão orgânica vai ser levada a sério mesmo. A Monsanto não vai entrar lá.

Finalizando a minha fala e parafraseando um poeta paraibano, José Laurentino, que fala que o homem do campo extrai toda a sua alimentação, que suas forças se consomem puxando o cabo da enxada, ele extrai essa alimentação para levar para que homem da praça coma. A gente quer trazer toda essa força do homem do campo e que sirva de alimento também para os animais do Zoológico.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sandro, muito obrigado por sua intervenção com propostas claras e objetivas.

O Lúcio já me garantiu que amanhã vai bater lá na porta para conversar com vocês, para fazer uma parceria de venda de alimento para os animais. Eu acho isso importante. Cinco milhões não é nada desprezível para quem está produzindo hortaliças, frangos, leitões, bezerros para aqueles leões, enfim, acho que vai ser muito legal, acho que o sentido da comissão geral é esse.

Concedo a palavra ao Sr. José Belarmino da Gama Filho.

SR. JOSÉ BELARMINO DA GAMA FILHO – Meu nome é Belarmino, eu sou Diretor Presidente da Fundação Jardim Zoológico. Eu gostaria de complementar a fala do Sandro e de, na realidade, denunciar o boicote que nós estamos sofrendo dos grandes e dos médios distribuidores de alimentos, porque nos negamos a compartilhar e compactuar com a instituição que foi formada, de pagarmos o máximo pelo mínimo. Daí a iniciativa de provocarmos a nossa inclusão nesse programa da Secretaria de Agricultura, além de estendermos e agradecermos previamente a Emater por esse programa que estamos fazendo em conjunto.

Muito obrigado, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Sr. Belarmino. Só vou lhe pedir para não sair antes do encerramento, porque o Lúcio já vai acertar com você a reunião de amanhã para que possamos proceder a essa questão.

O que está acontecendo com o Zoológico se assemelha muito ao que aconteceu com a Secretaria de Saúde. Eu conversava com o Dr. Rafael, que é nosso Secretário de Saúde. Existia um cartel da venda de medicamentos no Distrito Federal e, desse cartel – isso a população de Brasília não sabia –, 40% dos medicamentos que eram adquiridos aqui no Distrito Federal não entravam na rede. Eu estou falando de 40% dos medicamentos! Ou estavam vencidos, ou eram desviados para Goiás para serem revendidos. Portanto, vendiam-se duas vezes e o Distrito Federal pagava. Quando ele resolveu moralizar isso, houve um boicote, não queriam mais vender medicamentos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

Aí, ele aderiu a uma ata de preços do Ministério da Saúde. Na medida em que isso ocorreu, ele implantou a central de compras da própria Secretaria, e a Secretaria já está adquirindo 700 itens do País inteiro e até do mundo! Portanto, quebrou o boicote, fez uma economia brutal, e é a mesma coisa que a Secretaria de Agricultura vai fazer com vocês. Não adianta os caras quererem usar os animais – porque o que eles estão fazendo é usar os animais como reféns – para tentar manter o processo anterior.

Outra coisa também – um assunto puxa o outro: eu sei que vocês já estão num processo, porque outro dia eu conversava com uma pessoa que já não está mais no Zoológico, que foi motorista no Zoológico. Aqui em Brasília acontece coisa em que ninguém acredita; até Deus duvida! O cidadão era motorista de caminhão e era transportador de animais do zoológico. Ele me disse que saía com um caminhão de bichos daqui. Ele sabe cada lugar em que deixou esses bichos. Ele tem anotado cada lugar em que ele foi deixando os bichos. Ele me disse que eram trocas. Ele disse: “Chico, tinha vez que eram bichos bonitos que a gente levava”. Levava um caminhão e, para dizer que era troca, depois trazia três bichinhos. Aí dizia que foi uma troca. Ele disse que a maioria era entregue em zoológicos particulares. Ele tem todo o roteiro de como é que se deu o desvio de animais – até animais! – do zoológico do Distrito Federal.

Para amanhã, companheiro Presidente do Zoológico, o Lúcio vai sair daqui já acertado com vocês para a gente socorrer. Vai ajudar a agricultura familiar do Distrito Federal e vai fazer com que os bichos se alimentem.

Concedo a palavra ao Sr. Nicinho Alves. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Sr. Antônio Lopes, representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST do Distrito Federal.

SR. ANTÔNIO LOPES – Boa tarde aos companheiros e companheiras, meu nome é Antônio Lopes, eu nasci e fui criado no campo, tenho 23 anos. Meus pais são trabalhadores e há mais de 50 anos moram no campo.

A gente vê, Deputado, que o que tem de ser mudado, como ponto de vista do Movimento, são essas políticas de fato voltadas para o campo, da agroecologia, que não existem, Deputado. Só para vocês terem uma noção, eu já rodei muitos estados fazendo debates acerca de assentamentos e agrotóxicos. Hoje em dia, só no estado do Pará, só para o senhor ter uma ideia, mais de 350 assentamentos investem no modelo de agroecologia, que é o modelo saudável, e é o modelo que a nossa sociedade e principalmente a Câmara dos Deputados têm que defender. Porque não dá mais para a gente colocar venenos na mesa dos trabalhadores e na mesa da sociedade. A gente tem que dar um basta nessa situação.

Hoje em dia, um ser humano come em média um litro de veneno por ano. Imagine no decorrer de 30 anos! O que vai acontecer com o nosso País e com o modelo que o agronegócio e o capitalismo estão lançando? O contraponto que a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

sociedade tem que fazer é, de uma vez por todas, colocar um basta nesse modelo do agronegócio, nesse modelo do envenenamento que está acontecendo. Não adianta criar assentamento por criar, se os nossos assentamentos que temos hoje não têm estrutura para debater e tocar a demanda que envolve a condução e a população trabalhadora deste País. Não adianta criar assentamento por criar.

Eu, andando pelo estado do Maranhão, visitei mais de 70 assentamentos. De que adianta tirar a terra dos grandes burgueses, das grandes transnacionais, se você vai repetir o mesmo modelo de agronegócio, o mesmo modelo de agrotóxico? Só adianta você tirar as terras da concentração burguesa, das grandes transnacionais, se você reprimir, mudar esse modelo e colocar o modelo de agroecologia, o modelo que vai fazer bem aos trabalhadores rurais e a toda a sociedade.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao companheiro representante do MST.

Eu creio que nós alcançamos o nosso objetivo, que é exatamente provocar esse tipo de debate para que possamos encontrar soluções. O Lúcio, o Almeri, o Mário e o companheiro Orlando, bem como o companheiro da Embrapa, deram uma contribuição importante; depois, também o Plenário — o companheiro Parente e os demais.

De tudo o que foi falado aqui, vamos depois verificar o que é possível transformar em propostas. E estaremos aqui na Câmara Legislativa ao lado de vocês, trabalhando as propostas que são fundamentais para dar sustentabilidade e qualidade de vida ao homem do campo no Distrito Federal.

Eu me recordo de que aqui havia uma determinação judicial que proibia instalar energia em casas de pessoas no campo. Foi no Governo do Professor Cristovam Buarque que derrubamos isso. E por que havia essa medida? Ela dizia que, se estava proibido, cessava os condomínios, quando na verdade o que tinha que haver era uma fiscalização dura em cima da constituição de condomínios, e não privar o homem do campo de uma necessidade, que é a energia. E nós derrubamos essa determinação que existia.

Na época, era Presidente da CEB o ex-Deputado Haroldo Sabóia, do Maranhão. Eu o levei àquela região de Currealinho, em Brazlândia, que não tinha energia, e vi o prazer, a satisfação de uma senhora que morava lá há 40 anos, naquele tempo – ela havia chegado antes de Brasília existir – quando nós colocamos a energia. Quando voltei para visitá-la, eu vi o quanto o povo... Eu sou do campo, eu sei da solidariedade, da gratidão que temos quando alguém faz algo de positivo para a gente. Eu voltei outro dia no final da tarde e, de repente, estava ela com a filha correndo atrás de uma galinha. Eu perguntei: "A senhora vai pegar essa galinha para quê?" Ela disse: "Eu vou pegar essa galinha, vou matar para você comer, em função da gratidão que nós temos por ter chegado a luz". Eu falei: "Não, a senhora não vai



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

matar a sua galinhazinha. A galinha vai ficar aqui, que é para produzir mais ovos, para ter mais pintinho, depois ter mais galinha, porque era uma obrigação nossa fazer com que sua casa tivesse luz”. E ela: “Não! Mas eu quero matar a galinha”. E eu falei: “Mas a senhora não vai matar a galinha”. Eu terminei aceitando umas canas. Ela tirou umas canas de uma moita de canas e eu as trouxe.

Esse é o sentimento das pessoas que sempre foram abandonadas, que sempre foram largadas. A gente viu, com a colocação da energia, o quanto aquela região se desenvolveu. Já há até uma bacia leiteira, que depois foi financiada pelo Banco do Brasil – o Banco de Brasília naquele tempo não... Está o seu Geraldo Maia e os outros que, enfim...

Portanto, Lúcio, ao trabalho que vocês estão fazendo na Secretaria de Agricultura queremos dar todo o apoio: acima de tudo, ao trabalho que vocês estão fazendo baseados numa orientação de um governo, que é o governo do nosso querido companheiro Agnelo Queiroz. Vocês não estão olhando se a pessoa é do PSB, do PDT, do PT, se é evangélico, católico ou espírita. Vocês estão verificando a necessidade que as pessoas têm. Eu acho que esse é o chamado governo republicano. Votar, depois as pessoas vão votar em quem elas quiserem. Nós viemos exatamente para acabar com os cabrestos no Distrito Federal.

Eu fico olhando agora este trabalho que o Governador Agnelo está fazendo – nós garantimos que íamos fazer e fizemos –: a liberação dos alvarás das igrejas e da venda dos lotes às igrejas. Por quê? Porque era moda no Distrito Federal ficar segurando e não legalizar, para ter as pessoas na mão. Em cada campanha eleitoral estavam lá os coitados. Pois bem, vamos fazer: vamos vender todos os terrenos. Padres, pastores, espíritas, todo mundo, centros, todos estarão legalizados. A mesma coisa vale na agricultura: não queremos saber de que partido a pessoa é; queremos saber se é trabalhador rural, se está produzindo alimentos, que é o que a gente precisa neste País e aqui no Distrito Federal.

Quero parabenizá-lo pelo trabalho que está sendo feito na Emater e na Secretaria e me colocar à disposição de vocês. Quero ser mais um soldado nessa luta, nesse enfrentamento que vocês fazem. Eu sei que em muitas noites vocês nem dormem pela inquietação que vocês têm, pois os recursos realmente são poucos. Sei da dificuldade que vocês têm, mas sei da seriedade das coisas que vocês estão fazendo. É a mesma coisa dos movimentos sociais. Tem que se pressionar cada vez mais. Esse é o papel do movimento social dentro da lógica: pressionar, pois é assim que as coisas acontecem, que as coisas saem. E eu quero estar ajudando nisso.

Acredito que esta comissão geral alcançou seu objetivo, que era exatamente debater a questão rural do Distrito Federal, especialmente a dos pequenos produtores rurais do Distrito Federal, porque os grandes sempre tiveram vez e voz. É só verificar, com exceção no Governo Cristovam, quem foram os Secretários de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 08 2011	15h15min	66ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

Agricultura, historicamente, no Distrito Federal. Sempre foram ligados a outros que não somos nós.

Acho que a sua nomeação veio exatamente para quebrarmos esses paradigmas e implementarmos no Distrito Federal aquilo que perdemos em oito anos. Em oito anos de Governo Lula nós poderíamos ter feito muito mais, se tivéssemos sintonia com a política que era praticada nacionalmente, se tivéssemos essa extensão aqui no Distrito Federal.

Portanto, quero, ao encerrar essa sessão, agradecer a participação de cada uma de vocês. Muitas vezes as pessoas dizem: “ah, mas a Câmara não votou nada”. Debates como este muitas vezes são mais importantes que determinados projetos votados.

Obrigado a todas e a todos. Estamos realmente felizes por esse momento que a Câmara Legislativa viveu na tarde de hoje.

Está encerrada a comissão geral e, naturalmente, a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h14min)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 157 – Suplemento, de 30/8/2011.